

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
CENTRO DE CIÊNCIAS DO AMBIENTE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO  
AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA

ETHOS SOCIOAMBIENTAL:  
UM ESTUDO COM POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

SÔNIA MARIA LEMOS

MANAUS - AM  
2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
CENTRO DE CIÊNCIAS DO AMBIENTE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO AMBIENTE E  
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA

SÔNIA MARIA LEMOS

ETHOS SOCIOAMBIENTAL:  
UM ESTUDO COM POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia do Centro de Ciências do Ambiente da Universidade Federal do Amazonas, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ciências do Ambiente, área de concentração Política e Gestão Ambiental.

Orientador: Dra. Maria Inês Gasparetto Higuchi

MANAUS - AM  
2009

Ficha Catalográfica  
(Catalogação realizada pela Biblioteca Central da UFAM)

Lemos, Sônia Maria

L557e Ethos socioambiental: um estudo com populações vulneráveis /  
Sônia Maria Lemos. - Manaus: UFAM, 2009.  
86 f.; il.

Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e  
Sustentabilidade da Amazônia) — Universidade Federal do  
Amazonas, 2009.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Maria Inês Gasparetto Higuchi

1. Ecologia humana 2. Proteção ambiental 3. Populações  
urbanas e meio ambiente I. Higuchi, Maria Inês Gasparetto II.  
Universidade Federal do Amazonas III. Título

CDU 504.03(811)(043.3)

SÔNIA MARIA LEMOS

ETHOS SOCIOAMBIENTAL: UM ESTUDO COM POPULAÇÕES  
VULNERÁVEIS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia do Centro de Ciências do Ambiente da Universidade Federal do Amazonas, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ciências do Ambiente, área de concentração Política e Gestão Ambiental.

Aprovado em 15 de agosto de 2009.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria Inês Gasparetto Higuchi  
Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia

Profa. Dra. Maria do Perpétuo Socorro Chaves  
Universidade Federal do Amazonas

Profa. Dra. Maria Alice D'Avila Becker  
Universidade Federal do Amazonas

**DEDICO**

Ao meu filho Thuan pela pessoa que é e por estar ao meu lado em todos os momentos.

Ao Carlos Henrique meu amigo de todas as horas e grande parceiro nesta caminhada.

À minha querida orientadora por jamais ter deixado de acreditar na minha capacidade.

Esta conquista não seria possível sem vocês.

## AGRADECIMENTOS

Alcançar uma meta é um momento de realização, alegria e grande satisfação, que se reveste com a força tamanha de quando nos colocamos em marcha. Jamais percorremos um caminho sozinhos e mesmo nos instantes em que nos encontramos solitários é possível sentir a presença de Deus e das tantas pessoas que fizeram e fazem parte da nossa vida. Agradecer é uma forma de dizer o quanto caminharam conosco. Assim, minha gratidão:

Ao meu querido filho Thuan Lemos Moraes por ter permitido e respeitado os momentos de ausência. Obrigada pelo amor e companheirismo constantes.

À minha família por entender e respeitar minhas escolhas. Em especial, à minha mãe Romilde Theresinha Leite, exemplo de luta e persistência, à minha irmã Maria Olímpia Pereira pelas longas conversas, sua escuta foi um dos suportes para esta conquista. À minha querida sobrinha Luisa Helena por me fazer sorrir e cantar ao telefone no final das tardes de domingo.

À minha querida orientadora Dra. Maria Inês Gasparetto Higuchi pela dedicação, apoio, paciência nos momentos em que nem eu mesma acreditava que fosse possível terminar esse trabalho, convivendo com tantas adversidades. Obrigada pelo carinho e parceria nesses anos de pesquisa e especialmente na construção deste trabalho, sem você eu não teria conseguido chegar até aqui.

Ao PPG/CASA pela oportunidade de crescimento e qualificação docente.

À Professora Dra. Sandra do Nascimento Noda por ter sido incansável no atendimento às demandas dos alunos, sempre presente e incentivadora do crescimento, aprendizado e por estimular as trocas interdisciplinares.

Aos professores do Programa de Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia por sua dedicação e contribuição nessa longa caminhada.

Às Professoras Dra. Maria Alice D'Ávila Becker e Dra. Maria do Perpétuo Socorro Chaves pela valiosa contribuição na avaliação deste trabalho desde a aula de qualificação.

Aos colegas do PPG/CASA, pelo aprendizado da convivência, nem sempre amistosa, tenho certeza que me ajudaram a superar algumas de minhas limitações.

À Ivanilce Castro por sua amizade, apoio, parceria e coleguismo ao longo destes dois anos de estudo. Obrigada pela acolhida no início do curso e pelo crescimento intelectual durante as discussões de final de semana. Ao Dirceu Dácio pelo apoio no manuseio da tecnologia.

Ao Carlos Henrique Ferreira Santos, amigo, colega e parceiro nesta caminhada. Sua presença, disponibilidade, alegria e o seu amadurecimento enquanto pesquisador foram fundamentais para a conclusão deste processo.

Aos colegas Alexandre Donato, Igor Teodorovitz, Débora Gama e Neidilê Munhoz pelos momentos de discussão e construção do conhecimento.

Aos participantes deste estudo que na sua simplicidade me mostraram que a vida se forja mesmo em condições desfavoráveis. Sem vocês esta construção não seria possível. Agradeço imensamente a sua contribuição.

Ao Florenncyo por ter me ensinado o valor do tempo e que a distância não é capaz de superar um amor de verdade.

Aos meus queridos amigos Júlio César Schweickardt e Kátia Helena Schweickardt pelas indicações de leitura e incentivo constantes. Contar com vocês tornou a jornada mais estimulante.

À minha querida amiga Andréa Sena por sua acolhida quando cheguei a Manaus e pela amizade construída nesses longos anos, obrigada pelo apoio, pelo carinho e por compartilhar comigo sua alegria de viver. Você, o Téo, o Rogério e a Mariana são muito especiais.

Ao Celito e Gessemir, por sua amizade, carinho e incentivo ao longo desta caminhada.

À Elenara Dias Perin, querida amiga, colega e grande incentivadora. Obrigada por compartilhar comigo esta conquista, seu apoio foi muito importante.

À Karla Vasconcelos da Silva pela oportunidade da troca e amizade.

À Dra. Denise Duran Gutierrez por compartilhar sua experiência e estar sempre pronta a ajudar, obrigada pelo carinho e amizade.

À minha querida amiga e colega psicóloga Fernanda Lúcia Pereira Costa, sua disponibilidade e assertividade foram imprescindíveis ao longo deste processo. Obrigada por estar presente em todos os momentos.

À enfermeira Ângela Maria Carvalho Soares por sua colaboração e parceria.

As secretárias do PPG/CASA Raimunda Albuquerque, Livia Chaves e Cleide que em meio as suas atribuladas tarefas estavam dispostas a me ajudar quando necessário.

À Silvesnizia Paiva e Ayrton Urizzi pelo incentivo constante especialmente nos momentos de maior aflição.

À Direção do CEULM/ULBRA pelo apoio e incentivo neste processo de qualificação docente, especialmente ao professor Gerceí da Silveira e professora Vera Reinhardt.

A Professora Alda Luiza Galvan, coordenadora do Curso de Psicologia do CEULM/ULBRA pelo apoio, respeito e compreensão nos momentos em que não estive tão presente quanto gostaria.

Aos meus alunos da graduação e pós-graduação pelo desafio da discussão e troca de experiências. Em especial àqueles que de perto compartilharam minhas ansiedades e compreenderam que nem sempre era possível dar a atenção que demandavam. Todos são muito importantes para o meu aprendizado enquanto pessoa e profissional.

Ao Professor Miguel Ivân Mendonça Carneiro que tem me ensinado o caminho da diplomacia e lançado desafios oportunizando meu crescimento tanto pessoal quanto profissional.

À **Universidade Federal do Amazonas** pela oportunidade da realização do curso.

**EPIGRAFE**

“Pode-se manter a coesão da sociedade através de medidas autoritárias, mas a única maneira de salvaguardar a liberdade é que haja o sentimento vivido de comunidade e solidariedade, no interior de cada membro, e é isso que dá uma realidade de existência a uma sociedade complexa. Portanto, a solidariedade é constituinte desta sociedade. O pensamento que une o modo de conhecimento se prolonga para o plano da ética, da solidariedade e da política. Há uma ética da complexidade que é a ética da compreensão”.

Edgar Morin



## RESUMO

A complexidade da relação pessoa-ambiente tem produzido inquietação e busca de estratégias para minimizar ou evitar o impacto negativo da ação humana sobre o meio. A busca de entendimento desta complexidade possibilita ampliar o conhecimento sobre estes dois aspectos, estimulando a discussão de uma proposta, onde a partir da compreensão das concepções sobre o meio e dos efeitos sobre ele é possível estabelecer modos de vida mais saudáveis e menos agressivos em termos ambientais. Portanto, partiu-se de uma concepção de que o compromisso ambiental exige envolvimento, seja na produção do conhecimento ou no uso racional dos recursos naturais. O fato das informações estarem relativamente disponíveis não significa que as pessoas em geral se sintam comprometidas em sua apropriação e aplicação. Entende-se que a problemática ambiental é complexa e interdependente da problemática social decorrente do crescimento populacional, má distribuição de renda, alocação das populações em grandes cidades - com espaços cada vez mais restritos, e do alargamento das desigualdades. As diversas transformações técnico-científicas ocasionaram desequilíbrios ecológicos e progressiva deterioração nos modos de existência individuais e coletivas. Essas mudanças e o crescimento demográfico levaram a transformações no modo de viver e perceber a realidade. O objetivo deste estudo foi analisar as formas de compromisso ambiental de pessoas em situação de vulnerabilidade e como estas constituem o ethos socioambiental dessa população. As questões de vulnerabilidade a que estão expostas especialmente as populações menos favorecidas têm representado um desafio na busca das estratégias para diminuição dos riscos e envolvimento para uma participação mais ativa das pessoas no estabelecimento de meios para a sua aplicabilidade. A estratégia metodológica adotada foi de pesquisa de campo do tipo qualitativa exploratória descritiva, que foi desenvolvida em uma ocupação urbana localizada nas adjacências do conjunto Ouro Verde, Bairro Coroado III, Zona Leste na cidade de Manaus. O ambiente é alagadiço, situado em área de charco e entrecortado por vários córregos que deságuam no igarapé onde são jogados os dejetos e o lixo, causando problemas ambientais importantes e trazendo inúmeras dificuldades aos moradores. As técnicas para a coleta de informações foram a observação participante e entrevista semi-estruturada, sendo que o método de análise foi o de conteúdo. Foram identificados neste estudo um conjunto de fenômenos éticos para explicar o compromisso e propusemos três categorias que emergiram da realidade socioambiental que foram denominadas “passividade ativa”; “passividade suportiva” e “passividade cerceada” que por fim constituem o ethos socioambiental construído por esta população e perpassa o seu entendimento e envolvimento com as questões ambientais. O levantamento dessas questões contribui não apenas com a discussão acerca do envolvimento das pessoas compartilhando possibilidades de enfrentamento das problemáticas vividas por elas, mas também dar maior visibilidade desse processo para intervenções mais eficazes e eficientes.

**Palavras-Chave:** Ethos socioambiental, populações vulneráveis, compromisso ambiental.

## ABSTRACT

The complexity of the individual-environment relation has brought about uneasiness and a search for strategies in order to minimize or avoid the negative impact of human actions upon the environment. The quest for some understanding on this complexity makes it possible to widen knowledge upon these two facts, stimulating the discussion about a proposition that one will be able to establish healthier and less aggressive ways of living as far as environmental issues are concerned based on environmental-related conceptions and their effects upon the environment. Therefore, it all starting out from a conception that environmental commitment demands engagement, be it in the production of such knowledge or in the rational use of the natural resources. That information is relatively available does not mean that people in general may feel compelled to making use of it or applying it. It is understood that the problem behind environmental issues is complex and interdependent on the social problematic issues arising from population growth, poor income division, allocation of people in big city centers – being the spaces smaller and smaller and social inequity larger and larger each day. The various technical-scientific transformations have triggered ecological unbalances and a progressive deterioration on both single and collective ways of living. These changes and the population growth have led to changes in the way people feel or perceive reality. The objective of this study was to analyze people's environmental forms of commitment at moments of vulnerability and, how these constitute the socio environmental ethos of this population. The issues on vulnerability to which the poorer classes are exposed have represented a challenge in the search for strategies after risk reduction and applicable ways that people can actively develop. The methodological strategy adopted was of a field research of the descriptive exploratory qualitative type, carried out in an urbanized city zone in the vicinities of the Ouro Verde residential area, Coroado III, Zona Leste in Manaus. The environment is muddy, located in a flooding area and several water streams run across it and wind up in a creek that gets polluted with tossed waste and trash, causing major environmental problems and bringing about a great deal of difficulty to the dwellers. The techniques for the collection of information were the participative observation and semi-structured interview, being Content the method of the analysis. A set of ethical phenomena was identified in the current study in order to justify the proposed commitment and three categories emerged from the socio-environmental reality were named after “active passivity”; “supportive passivity” and “controlled passivity”, which, after all constitute the socio-environmental ethos built by this population and browses through the environmental-related issues, their understanding and engagement. The questions arisen do not only contribute to the discussion of these people's engagement to sharing the possibilities of facing their own problematic, but also to giving greater visibility on this process so there can be more effective and efficient interventions.

**Key words:** socio-environmental Ethos, vulnerable populations, environmental commitment.

## LISTA DE FIGURAS

- Figura 01 - Córrego atravessa a localidade “Parte do Ouro Verde”-Manaus, 2008 (A) e Igarapé onde deságuam os córregos na localidade “Parte do Ouro Verde”- Manaus, 2008(B).  
.....34
- Figura 02 - O encontro possível/Beco Jesus Salvador na localidade “Parte do Ouro Verde”- Manaus, 2008 (A) Travessa São Lucas/margem direita na localidade Parte do Ouro Verde – Manaus, 2008 (B). .....36
- Figura 03 - Casas das primeiras etapas da localidade “Parte do Ouro Verde”- Manaus,2009 (A) e Casas mais recentes na localidade “Parte do Ouro Verde”- Manaus,2009 (B).....37
- Figura 04 - Casa em reforma na localidade “Parte do Ouro Verde”- Manaus, 2008 (A) e Casa à venda na localidade “Parte do Ouro Verde”- Manaus, 2008 (B).....38
- Figura 05 - As pontes se multiplicam na localidade “Parte do Ouro verde”- Manaus, 2008 (A) e se individualizam na localidade “Parte do Ouro Verde – Manaus, 2008 (B) .....40

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Distribuição dos participantes em função da faixa etária .....	45
Tabela 02 - Distribuição dos participantes em função do sexo .....	45
Tabela 03 - Distribuição dos participantes em função da escolaridade .....	45
Tabela 04 - Distribuição dos participantes em função do estado civil .....	45
Tabela 05 - Distribuição dos participantes em função da procedência antes da fixação na localidade .....	46
Tabela 06 - Distribuição dos participantes em função da religião.....	46
Tabela 07 - Distribuição dos participantes em função do tempo de moradia na localidade.....	46

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	13
1 AMBIENTE E CONTEMPORANEIDADE .....	16
1.1 Implicações sociais na relação com o ambiente: do individual ao coletivo .....	21
1.2 Espaço e Lugar: o sentido de pertencer .....	23
1.3 Sobre Riscos e Vulnerabilidade: a ocupação para além do perigo .....	28
2 O LOCUS DAS VIVÊNCIAS COTIDIANAS .....	31
2.1 Casa: Lugar de ser e estar .....	37
2.2 As Pontes: o que liga também separa .....	39
2.3 Espaços coletivos: a (im) possibilidade do encontro com o outro.....	40
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	42
4 O AMBIENTE E SUAS VICISSITUDES .....	48
5 COMPROMISSO AMBIENTAL: OS DOIS LADOS DE UMA MESMA QUESTÃO .....	59
5.1 Passividade ativa.....	60
5.2 Passividade suportiva.....	65
5.3 Passividade cerceada.....	68
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	73
REFERÊNCIAS.....	77
ANEXOS .....	82

## INTRODUÇÃO

Várias tentativas têm sido realizadas para o enfrentamento das questões ambientais que foram amplamente agravadas pelo desenvolvimento político e econômico vigente e dominante. Neste trabalho propomos uma discussão dos aspectos envolvidos entre ambiente e relações sociais, por entendermos que toda relação ambiental pressupõe uma relação das pessoas entre elas e delas com o meio em que vivem. Nesse contexto, instalam-se na sociedade contemporânea, modos de vida pautados no avanço tecnológico e produção de bens de consumo onerando - pelo uso inadequado - recursos naturais e comprometendo a qualidade de vida das populações humanas.

A complexidade da relação pessoa-ambiente tem produzido inquietação e busca de estratégias para minimizar ou evitar o impacto negativo da ação humana sobre o meio. A busca de entendimento desta complexidade possibilita ampliar o conhecimento sobre estes dois aspectos, estimulando a discussão de uma proposta, onde a partir da compreensão das concepções sobre o meio e dos efeitos sobre ele é possível estabelecer modos de vida mais saudáveis e menos agressivos em termos ambientais. Portanto, partiu-se de uma concepção de que o compromisso ambiental exige envolvimento, seja na produção do conhecimento ou no uso racional dos recursos naturais.

O conceito de Ethos discutido na elaboração deste trabalho é o proposto por Boff (2003), como um conjunto de aspirações, valores e princípios orientadores das relações humanas para com a natureza, a sociedade, as alteridades e consigo mesmo. Desta forma configura-se uma atitude de responsabilidade e cuidado com a vida, de convivência societária, conservação dos recursos naturais e dos seres por ela habitada, não deixando de considerar o que é regional e cultural.

De acordo com Higuchi (2002), as ações humanas sobre o mundo provocam mudanças na estrutura da consciência que advém dessa vivência. Portanto, as concepções e formas de

compromisso ambiental possuem papel fundamental nas atitudes e condutas dos sujeitos sobre o meio ambiente. No entanto, há que se identificá-las, pois em inúmeros contatos ou levantamento para traçar perfil das populações referidas aqui como objeto de estudo, encontramos uma atitude de “espera” para que “outros” incluindo sobremaneira o poder público resolvam os problemas socioambientais vivenciados.

A problemática ambiental, em particular a ocupação desordenada de espaços naturais de forma exacerbada no sistema capitalista contemporâneo, falta de cuidado com recursos hídricos, perda da biodiversidade, dificuldades na aplicação de políticas públicas para tratamento do lixo e demais riscos a que as populações humanas estão expostas, expressam uma crise social caracterizada segundo Boff (2003), pela forma como as sociedades modernas se organizaram no acesso, produção e profunda desigualdade na distribuição de bens da natureza e da cultura.

As questões quanto à vulnerabilidade estão relacionadas por estarem diretamente associadas às condições socioambientais de acentuada pobreza em localidade de baixa renda e reduzidas possibilidades de benefícios oferecidos pelo Município nessas áreas. De modo particular, o foco do presente estudo foi uma localidade na Zona Leste da cidade de Manaus, assentada numa área ocupada de forma espontânea há aproximadamente 13 anos. Apesar dos esforços dos Serviços Ambientais, a área outrora designada Área de Proteção Ambiental por ser um baixio com buritis, córregos, e igarapé foi lentamente sendo degradada e atualmente restam apenas os córregos que se transformaram em esgoto a céu aberto que correm por debaixo das centenas de casas construídas de forma desordenada que deságuam no igarapé que foi estreitando-se à medida que suas margens foram sendo ocupadas. Essa localidade, conhecida de forma bastante indiferenciada como “Parte do Ouro Verde”, apresenta alta densidade populacional, inúmeros problemas sociais, problemas de distribuição de água, energia elétrica e saneamento básico.

A escolha do local não foi aleatória, pois há alguns anos, mais precisamente desde 2002 tenho participado ativamente de projetos de pesquisa desenvolvidos pela ULBRA-Manaus com outros pesquisadores e alunos de graduação e pós-graduação nessa localidade: *Saúde Integral da Família em Situação de Risco Socioambiental na Periferia de Manaus* (LUMMERTZ *et al*, 2004); *A Formação da Identidade Social do Adolescente numa Situação de Vulnerabilidade Ambiental* (ALVES, 2004); *O Adolescente e o Espaço: Um Estudo da Densidade e a Relação da Identidade Social do Adolescente* (CRUZ, 2004); *A Criança num Ambiente Urbano Densamente Povoado: Aspectos de Restrição e Uso do Espaço* (CRUZ, 2008). Juntamente com a pesquisa vários projetos de intervenção socioambiental e de saúde foram e estão em andamento com crianças, adolescentes e adultos: *A Concepção de Família para os Adolescentes de uma Ocupação em Manaus* (SANTOS, 2005); *Adolescentes, Saúde e meio Ambiente* (HIGUCHI *et al*, 2006, 2008). Nesse contexto, alguns questionamentos foram emergindo, os quais necessitavam de um maior aprofundamento da problemática cujo foco se centra na relação pessoa-ambiente.

Entende-se que o aprofundamento da temática proposta nesse estudo forja-se na relevância para o entendimento das relações pessoa-ambiente. O fato das informações estarem relativamente disponíveis não significa que as pessoas em geral se sintam comprometidas em sua apropriação e aplicação. Até que ponto as pessoas dessa localidade se sentem implicadas nas problemáticas socioambientais vivenciadas? E mais amplamente, essas pessoas se percebem co-responsáveis pelas problemáticas ambientais de sua área de moradia? Pensam e/ou agem com algum grau de comprometimento na geração de soluções?

Esses questionamentos constituíram-se como auxiliares na compreensão das concepções e formas de compromisso ambiental, apresentando-se como um eixo orientador no delineamento do ethos do ambiente construído pela população alvo deste estudo.



## **1 AMBIENTE E CONTEMPORANEIDADE**

O desenvolvimento econômico, globalizado e balizador das relações interinstitucionais, políticas e sociais pressionam modos de vida cada vez mais individualizados e competitivos. A degradação ambiental decorrente do uso irracional dos recursos naturais – para atender ao modo de produção capitalista – alardeia também a degradação das relações do homem consigo mesmo, com os outros e com a natureza. A idéia da inesgotabilidade dos recursos naturais, presente até o final da década de 60 começa a ruir diante do agravamento dos problemas ambientais na modernidade.

A questão ambiental passa a integrar o debate teórico e político a partir do reconhecimento dos limites dos recursos da natureza que expressam as limitações do crescimento e do modo de produção e consumo dominantes. A consciência ecológica é deflagrada nos anos 60 e se expande pela década de 70, especialmente depois do Clube de Roma, que denunciou a crise global do sistema planetário e, da Conferência sobre Meio Ambiente realizada pelas Nações Unidas em Estocolmo ambos no ano de 1972. A racionalidade econômica vê seus limites assinalados e a degradação ambiental instala-se como o desafio do processo civilizatório da modernidade (LEFF, 2001).

O momento civilizatório chega a um impasse entre o sistema em desenvolvimento e a capacidade de suporte no qual a crise ambiental deflagra outras crises: sociais, culturais, econômicas. Reflete a insustentabilidade de um modo de produção e consumo que mantidos os níveis atuais comprometerá as próximas gerações. O chamado é comum a todos para cuidar de um bem também comum: o Planeta. As atitudes individuais devem refletir preocupações e desencadear ações coletivas. Entende-se que a problemática ambiental é complexa e interdependente da problemática social decorrente do crescimento populacional, má distribuição de renda, alocação das populações em grandes cidades - com espaços cada vez mais restritos, e do alargamento das desigualdades. Para pensar uma sociedade sustentável,

que tenha em conta o compromisso com a busca de qualidade de vida mais do que a sobrevivência física, é necessário rever o padrão mercantilista crescente na sociedade moderna às custas do “equilíbrio natural, das relações sociais e da autonomia individual” (STAHEL, 1995, p. 124).

Morin (2001, p. 70), confere à economia um caráter sistêmico tomando o mercado mundial como um sistema auto-regulador e explicitando que por ser de fato auto-eco-regulador se apresenta como instância “autônoma/dependente de outras instâncias (sociológica, cultural, política), também elas autônomas/dependentes uma das outras”. Complementa a idéia citando que é a não relação com o que não é econômico que descontextualiza a precisão matemático-formal, por não considerar as relações de dependência com o que depende dela, ou seja, o contexto social, cultural e político.

Os diversos documentos internacionais produzidos desde a Conferência de Estocolmo expressam a preocupação para resolver a dicotomia entre desenvolvimento e sustentabilidade, trazendo para o debate as questões socioambientais até então alijadas do crescimento econômico. A década de 80 é promissora na geração do debate sobre o meio ambiente. Em 1984, foi constituída a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, com o propósito de “avaliar os avanços dos processos de degradação ambiental e a eficácia das políticas ambientais para enfrentá-los”. O relatório desta comissão foi publicado em 1987 e é conhecido como “Nosso Futuro Comum” ou ainda como *Informe Brundthland*, que institui o direito a um ambiente saudável bem como a garantia deste para as gerações futuras através de um desenvolvimento sustentável (FOLADORI e TOMASINO, 2000, p. 43).

No entanto, é a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada no Rio de Janeiro em 1992, que se constituiu no marco histórico da discussão sobre as problemáticas socioambientais, mobilizando 179 chefes de Estado e de Governo além de inúmeros participantes da sociedade civil. O objetivo principal da

Conferência era firmar um compromisso político das grandes lideranças mundiais acerca dos temas relacionados ao futuro da vida planetária (CAMARGO, CAPOBIANO e OLIVEIRA, 2004).

São resultados dessa conferência vários documentos, dentre eles: a Convenção das Mudanças Climáticas, a Convenção da Diversidade Biológica, a Agenda 21, o Protocolo de Florestas e a Declaração do Rio de Janeiro. Ainda deveria ser apresentada a Carta da Terra, porém não havia sido concluída, o que aconteceu somente em 2000, depois de intensas discussões e a apresentação de dois esboços, respectivamente no Fórum Rio+5, 1997 e, em 2000, na UNESCO em Paris, quando foi ratificada (BOFF, 2003).

Apesar da conscientização que emergiu especialmente depois da Rio-92, da necessidade de buscar-se medidas para um desenvolvimento sustentável que incluísse as maiorias, pouco foi feito na década de 90 no sentido de mitigar os danos à natureza e encontrar alternativas menos agressivas para a vida planetária. O consumo de combustíveis fósseis, a produção de lixo, e o uso inadequado dos recursos naturais conduziram a mudanças climáticas importantes que ampliaram as problemáticas ambientais como um todo ameaçando a preservação da vida no e do planeta. Evidencia-se um agravamento das questões ambientais globais desde a reunião no Rio de Janeiro. Do mesmo modo, embora tenham apresentado alguma melhoria, as questões sociais ainda apresentam índices preocupantes quanto às disparidades globais de riqueza relegando às margens do crescimento econômico a grande maioria da população mundial. Portanto, os anos 90 marcam sim uma sensibilização acerca dos problemas ambientais e sociais como temáticas centrais para um desenvolvimento sustentável, porém ainda não mostra melhorias efetivas com relação à solução desses problemas (GARDNER, 2002), ou construção de uma verdadeira consciência acerca dos problemas ambientais.

O Protocolo de Kyoto assinado em 1998, entre outras, instituiu como meta a “redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE) a níveis inferiores a 5% do praticado na década de 90”. Compromisso que deverá ser cumprido entre os anos de 2008 e 2012 seja na redução ou limitação por cada país de acordo com as suas peculiaridades. O Protocolo incentiva a ação conjunta de governos seja na regulação do cumprimento do acordo, seja na geração de pesquisas em novas tecnologias que dêem conta de “emissões de metano, tratamento de resíduos, geração de energias limpas”, entre outros (GRANDO, 2007, p. 38).

Entende-se que a avaliação dos avanços e retrocessos realizados na década pós-Rio 92 parece impor os limites e potencialidades para as discussões realizadas no ano de 2002 na reunião da Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, em Johannesburgo na qual as nações reafirmaram o compromisso para um mundo mais justo e um ambiente mais saudável e reconheceram a morosidade da aplicação de ações mais efetivas (GARDNER, 2002).

O desafio para o entendimento da extensão das problemáticas ambientais e sociais em nível global se coloca como imperativo nos primeiros anos do terceiro milênio. Em 2001, o Terceiro Relatório do Painel Intergovernamental sobre a Mudança Climática (IPCC), afirma que o aquecimento global é decorrente, pelo menos na maioria dos últimos 50 anos das atividades humanas, evidência que havia sido apontada em 1996 pelos cientistas que compõe o IPCC. Na 11ª Conferência das Partes (COP) da Convenção do Clima das Nações Unidas realizada em 2005, em Montreal mostrou o quanto os Países membros e os não membros estavam dispostos a discutir o problema. Embora os Estados Unidos da América (EUA) tenha admitido participar da questão, não assumiu nenhum compromisso quanto a etapas ou prazos (GRANDO, 2007).

O ano de 2007 parece marcar definitivamente a preocupação com as questões ambientais e sociais decorrentes do aquecimento global e suas conseqüências para a vida

planetária. A divulgação do Quarto Relatório sobre Mudanças Climáticas pelo IPCC, na França, deflagra a emergência de uma tomada de decisão em nível global para a geração e o encaminhamento de estratégias mais sustentáveis e de resoluções socioambientais mais compatíveis com a saudabilidade e uso adequado dos recursos naturais. A relação ser humano-natureza reassume a centralidade do debate e exige uma retomada na condução do modo de produção e consumo em todos os lugares do planeta.

Segundo o relatório do IPCC (2007), a temperatura deverá subir 0.2 C° nas próximas duas décadas. O mundo globalizado dá sinais eloqüentes de estar vivenciando uma crise exposta a partir da degradação ambiental, do risco de colapso ecológico e do alargamento da desigualdade e da pobreza. Uma crise civilizatória que alcança na modernidade seu momento culminante remete às suas origens na concepção de mundo que norteou a civilização ocidental. Na transição para a pós-modernidade apresenta-se a incerteza marcada pela diversidade e complexidade da confluência de processos físicos, biológicos e simbólicos reconduzidos pela intervenção humana para uma nova ordem geofísica, da vida e da cultura, propondo pelo saber ambiental uma reflexão sobre a construção social do mundo na atualidade (LEFF, 2006).

Os diferentes documentos produzidos ao longo das últimas décadas têm apresentado as condições para sua implementação e há unanimidade em seus textos quanto ao compromisso que deve ser assumido pelos países pela efetivação dessas. No entanto, as avaliações dessas propostas têm mostrado que poucos avanços foram realizados, pelo contrário, novas problemáticas se apresentam demandando soluções. Seriam as atitudes das pessoas reflexos de um procedimento mais amplo, visto serem as instituições e países formados por indivíduos que também possuem a incoerência na formação da estrutura do compromisso com algo ou alguém?

### **1.1 Implicações sociais na relação com o ambiente: do individual ao coletivo**

Pensar a sociedade e as relações que nela se estabelecem propõe uma revisão da concepção do mundo como lugar comum e da minimização da ética do consumo em favor de uma ética do cuidado. Segundo Santos (2004), o ambiente, as relações sociais e a subjetividade juntos, são dimensões que formam um mundo na sua totalidade. As diversas transformações técnico-científicas ocasionaram desequilíbrios ecológicos e progressiva deterioração nos modos de existência individuais e coletivas. Essas mudanças e o crescimento demográfico levaram a transformações no modo de viver e perceber a realidade.

Para Boff (2003), a crise social expressa a forma como as sociedades modernas se organizaram no acesso, produção e distribuição dos bens da natureza e da cultura, privilegiando as minorias de maneira profundamente desigual pela detenção do poder e do saber sobre as grandes majorias. Os axiomas da solidariedade pautam-se no desempenho individual e na competitividade intensificando a apartação social e criando uma legião de excluídos. Os modos de gestão públicos reforçam esses aspectos no momento em que propõem ações assistencialistas, não participativas, em que se exige o cumprimento dos deveres sem considerar os direitos passíveis a qualquer cidadão. Compreender a problemática ambiental como fenômeno social lhe dá caráter de inserção política no sentido de pública e estabelece uma dimensão pedagógica constituindo-se em espaços efetivos de questionamento, encontro, confronto e negociações entre as diferenças, sejam elas, políticas, culturais ou de interesses sociais (CARVALHO, 2006).

O entendimento dos aspectos que envolvem ambiente e relações sociais suscita a reflexão sobre a complexidade da relação entre seres humanos e natureza, desenvolvimento e sustentabilidade, igualdades e diferenças, povos e culturas. O entrelaçamento destas questões alia-se a emergência de mudança do paradigma civilizatório tornando as relações mais benevolentes e sinérgicas com a natureza e de maior colaboração entre povos e culturas a

fim de garantir a realização de um projeto humano futuro. A base dessa mudança deve apoiar-se em algo que seja realmente comum e global, uma base de ética mínima, de fácil compreensão e fundamentalmente viável (BOFF, 2003). A concepção da emergência é imperiosa para que o homem abra mão da divisão e reconheça a interdependência existente entre o que tem de “cultural e psicológico”, “cerebral e biológico”, “sociedade e ambiente” (MORIN e CYRULNIK, 2004, p. 21).

As problemáticas ecológicas emergem em um contexto de ruptura, de multiplicação de antagonismos, de descentramento e de processos de singularização.”Como continuar existindo em novos contextos históricos?Quem sabe se possa pensar que o forjamento de novos paradigmas seja, preferencialmente, de inspiração ético-estética, sem que se opere o reducionismo presente até então” (GUATTARI, 1990, p. 14-18).

De acordo com Boff (2003, p. 13), a ameaça de desequilíbrio ecológico afeta a Terra como sistema integrador de outros sistemas. Sob ameaça buscará um novo equilíbrio que provocará “uma devastação fantástica de vidas”. A idéia de autodestruição convoca o outro com urgência a pensar e agir sobre sua co-responsabilidade pela permanência da vida planetária, portanto as atitudes individuais devem contemplar suas repercussões no coletivo.

Morin e Cyrulnik (2004, p. 38) alertam que “a marcha na direção da destruição da diversidade vegetal e animal se apresenta como um dos problemas mais fundamentais colocados à biosfera”. Dessa forma, a unidade da espécie humana não pode apenas ser pano de fundo, mas deve se constituir em um projeto coletivo ao mesmo tempo em que respeita sua diversidade. Para Guattari (1990, p. 16-21), é necessário reconstruir “o conjunto das modalidades do ser-em-grupo”, considerando as intervenções comunicacionais do mesmo modo que as mutações existenciais próprias da essência subjetiva humana. O autor advoga ainda que a responsabilidade deve ser compartilhada pelo engajamento de todos aqueles que se encontram em posição de intervir. Isto implica num envolvimento dos diferentes atores

sociais na construção de estratégias de enfrentamento das problemáticas ambientais ou decorrentes destas, o que significa um compromisso compartilhado também na implementação das ações inerentes a esta.

Reconhecidas as diferenças e instituídos os espaços para explicitação das necessidades decorrentes da ausência de um pacto mínimo comum e de equidade social, a educação voltada para as questões ambientais pode apresentar-se como efetivo instrumento de desenvolvimento e exercício da cidadania na busca de novos modos de relação entre o homem e a natureza, a natureza e a política expandindo-se para uma práxis compartilhada de cuidado e zelo da vida como um todo.

Conforme Carvalho (2006), a problemática socioambiental apresenta-se como denunciadora dos riscos que afetam a vida das populações humanas. A tomada de consciência destes riscos pode ser condutora de uma atuação agregadora ou reforçadora dos mecanismos de desintegração social e ambiental. Nesta perspectiva, conduziria a uma tendência de aceleração da apropriação dos bens ambientais pelos interesses privados, comprometendo não somente a base de sustentação material do planeta, mas as bases de relações sociais mais solidárias.

Para tanto, é necessário construir um pacto ético, fundado na sensibilidade humanitária, no cuidado e na responsabilidade social e ecológica. Desenvolver uma atitude capaz de mover os indivíduos para uma nova prática histórico-social (BOFF, 2003), dito de outra forma, como propõe Leff (2006), orientado por uma nova racionalidade ambiental, ou ainda de maneira mais integrada, uma racionalidade socioambiental.

## **1.2 Espaço e Lugar: o sentido de pertencer**

O espaço se constitui em objeto de estudo de várias áreas do conhecimento – Física, Geografia, Antropologia, Psicologia, Sociologia, entre outras, e é pensado não somente em seus aspectos físicos, mas também sociais e culturais. Espaço e realidade social são



apresentados como conceitos indissociáveis, especialmente no final do século XIX e na primeira metade do século XX. Pode-se tomar como referência deste período, os trabalhos publicados por Durkheim, Mauss e Halbwachs que faziam parte da escola sociológica francesa. Desde então o espaço é apresentado como um “objeto complexo” que não pode ser entendido em sua totalidade se não for considerado em suas diversas dimensões (SILVANO, 2001, p. 07).

Para Castro e Marques (s/d), no século XIX até meados do século XX, o espaço como conceito da geografia conseguia unir as peculiares diferenças existentes nas escolas alemãs e francesas. E, segundo esses autores, o espaço se apresentava como um dos aspectos conceituais mais importantes da realidade social, que permitiu fazer análises da dinâmica vivida pelas sociedades. Já na segunda metade do século XX, o espaço passa a ser concebido como resultante do movimento da sociedade sobre a natureza sendo esta a base física da práxis humana em sua produção (GODOY, 2004).

Os modos de produção e uso do espaço vão ficando mais evidentes à medida que a sociedade se modifica assim como as suas relações e necessidades. Iniciado com a Revolução Industrial o processo migratório para os centros urbanos na busca de melhores condições de vida condicionadas às maiores oportunidades de trabalho, desencadearam o crescimento das cidades e, portanto, modificaram as relações com o espaço que tem se tornando cada vez mais restrito (SANTOS 2007a; FERRARA, 1999; CASTRO e MARQUES, s/d).

O debate associado ao espaço, como categoria de análise ou léxica, toma, ao longo da história, aspectos efervescentes. Por um lado Henri Lefebvre (1999), defende que a hipótese de uma relação direta entre o social e o espacial deve ser afastada, pois se constitui em um processo permeado de funções e estruturas que demandam muito mais que um esquema simplista de correspondência. Apresenta três conceitos fundamentais em seu projeto: prática social, representação do espaço e espaço de representação que estão em interação dialética.

Por outro lado, Fischer (s/d) acentua a indissociabilidade do espaço e sociedade, uma vez que o indivíduo não pode ser concebido dissociado do meio em que vive. Para este autor o espaço constitui-se em uma matriz de informações sobre as relações que se estabelecem em sua ampla complexidade do mesmo modo que estas resultam de fatores sociais, culturais e institucionais, onde se desenvolve a existência humana.

Nesta mesma perspectiva teórica pensadores da geografia humana trazem a unificação que se torna evidente num mundo, cujo sistema se consolida capitalista por excelência. Com a modificação dos modos de produção e consumo - e assim como os bens materiais, o espaço ganhou status de mercadoria e propriedade. Para Santos (2007a, p. 31-32), o modo de produção capitalista inclui uma mundialização ao espaço, que amplia seus limites locais para tornar-se global. Se o conceito é global, a utilização do espaço continua fortemente restrita aos que possuem “um capital particular”, reforçando a noção de “propriedade privada de um bem coletivo”.

Retomando o pensamento Durkheimiano, é na relação entre espaço e sociedade que se deve buscar a explicação de seus modos de organização, duas dimensões interdependentes e indissociáveis para a compreensão dos modos de vida e inserção social considerando que as representações do espaço são produzidas coletivamente (SILVANO, 2001).

De acordo com Godoy (2004), o conceito de espaço interpretado à luz da produção dá o matiz do pensamento teórico que o sustenta. Desta forma a produção do espaço é produção de objetos que articulam e organizam os intercâmbios sociais entre trabalho e produção vistos em uma totalidade interacional e geradora de novos elementos, portanto o todo é mais que a soma das partes e o espaço pensado desta forma não é um objeto de análise, mas um conjunto de objetos.

Pensar o espaço a partir de uma abordagem sistêmica traz inevitavelmente a necessidade de se entender que o movimento estabelecido nas relações sociais/espaciais tem

repercussão em ambas às dimensões e criam novas possibilidades de apreensão das mesmas, pois espaço e realidade social constitui-se num todo que integra em si mais do que a soma das partes de seus elementos, visto que as partes também contemplam o todo (MORIN, 2001).

Essa idéia é corroborada por Fischer (s/d, p. 16), ao sustentar que “os indivíduos, os grupos humanos e as coletividades são formados e transformados no e pelo espaço do mesmo modo que o formam e o transformam através das suas atividades”. A especificidade desta relação interpessoal institui o que o autor denomina de espaço “habitado”.

Tuan (1983, p. 06), se junta a essa idéia de interdependência afirmando que espaço e lugar não podem ser definidos dissociadamente, pois se correlacionam e um depende do outro. No entanto, espaço é mais abstrato que lugar. “O que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e lhe atribuímos valor”. Segundo o autor, a idéia de espaço liga-se à de liberdade enquanto que a de lugar liga-se à segurança. Assim, o espaço pode ser constituído de diferentes lugares aos quais são atribuídos valores afetivos, sociais, culturais e econômicos. Nesse sentido, Reis-Alves (2007), aponta que é a presença do ser humano que confere valor e significado ao espaço, seja para servir como acomodação física – morada -, seja para o desenvolvimento de suas atividades. O espaço, para o ser humano é mais do que uma necessidade biológica, diferentemente dos outros animais, para ele é também uma necessidade psicológica e adquire diferentes significados de acordo com a base cultural em que é analisado (TUAN, 1983).

O reconhecimento da influência dos aspectos psicológicos e sociais que circundam a relação do ser humano com o meio em que vive (incluindo a realidade espacial e territorial), tem possibilitado o desenvolvimento de estudos de suas especificidades e conduzido à apreciação de outros fatores que também são determinantes na apreensão de suas idiossincrasias. Para isso são estudados os múltiplos fatores que produzem e organizam o seu

ambiente – educação, condicionamentos, normas sociais e econômicas, modos de apreensão da realidade – e atuam sobre os comportamentos e as representações (FISCHER, s/d).

Retomando o pensamento de Reis-Alves (2007), um espaço ganha status de lugar pela presença e ação do homem que o modifica e o qualifica seja física ou simbolicamente. Para o autor o espaço não pode ser definido como lugar se não estiver ocupado pelo indivíduo, pois é na inter-relação entre os atributos espaciais, ambientais e humanos que reside a concepção de lugar, sendo este último o que influencia, modifica e atribui valor às duas dimensões anteriores.

Para Santos (2007a), o espaço é “testemunho e testemunha”, isto é produto e produtor das modificações pelas quais a sociedade passa ao longo de sua história. É na relação entre o ser humano e o meio em que vive que são forjados os representantes do modo de produção a que este está sujeito. Dessa forma, pensar a globalização do espaço não pressupõe uma a-espacialização, pois inclui na rede de relações não apenas as estritamente econômicas, mas também políticas efetivas e potenciais ao considerar que se existem espaços vazios estes não são neutros. Assim conhecemos e “apreendemos o movimento geral do espaço pelo movimento geral da sociedade” (p. 38).

Se entendermos que, espaço-homem-sociedade são dimensões interdependentes, o espaço construído espelha o movimento e as transformações pelas quais, o indivíduo ou os grupos sociais se apropriam do espaço e desenvolvem suas práxis a fim de torná-lo possível seja para o trabalho, seja para a habitação.

De acordo com Fischer (s/d), a ocupação de um espaço vazio expressa a tomada de posse ilegal de sua apropriação com a finalidade de habitar, fato comum nas sociedades industrializadas, especialmente nas grandes cidades onde as dificuldades de alojamento são imperiosas para as populações menos favorecidas, que sem terem outra possibilidade de modificação de suas condições econômicas e sociais: “ocupam” (p. 189). Este processo retrata

dois aspectos, por um lado a estratégia de resistir a uma situação de exclusão, por outro, mostra uma ação imediata para modificação de sua condição diante do não-reconhecimento do direito a uma moradia.

### **1.3 Sobre Riscos e Vulnerabilidade: a ocupação para além do perigo**

O crescimento das cidades, a maciça urbanização, o crescimento populacional, a degradação ambiental aliados às inadequadas condições de vida da maioria das populações urbanas têm desafiado diferentes áreas do conhecimento biológico, econômico, social, entre outras, na busca de estratégias de enfrentamento das problemáticas provenientes das inter-relações entre esses fenômenos e a melhoria da qualidade de vida dessas populações. Estes fenômenos têm contribuído para o alargamento das desigualdades sociais e exposto a população menos favorecida a situações de risco decorrentes do seu estado de pobreza e das dificuldades de acesso a bens e serviços públicos para atendimento de suas necessidades básicas. As idéias aqui apresentadas contextualizam o que entendemos por vulnerabilidade e a aplicação do conceito como categoria explicativa das condições e modos de vida da população a ser estudada.

Segundo Marandola e Hogan (2005), para o entendimento do termo vulnerabilidade se faz necessário considerar o conceito de risco. Justificam sua posição ao postularem que a vulnerabilidade aparece referenciada, num primeiro momento, a estudos sobre riscos em sua dimensão ambiental, sendo inserida no contexto socioeconômico somente a *posteriori*.

Conforme Veyrer (2007, p. 29), o risco origina-se da “percepção de um perigo ou ameaça potencial que pode ter origens diversas e que são denominadas álea”. O risco seria a “representação de um perigo ou álea (reais ou supostos) que afetam os alvos e que constituem indicadores de vulnerabilidade”. Na análise dos trabalhos de Hogan e Torres, a vulnerabilidade está ligada à situação socioeconômica e à capacidade de enfrentamento diante dos riscos ambientais (MARANDOLA e HOGAN, 2005).

Lima (1995), ao citar os estudos de Cvetkovich e Earle, defende que os riscos ambientais devem ser considerados problemas sociais. Refere que esta dimensão social do risco está associada ao crescente número de indivíduos a ele expostos, bem como por implicar decisões grupais que reflitam nas condições de vida dos mesmos, e ainda, não raramente à ampliação das desigualdades sociais.

Uma etapa fundamental é a relação que a população estabelece com a ameaça ou a representação desta. Populações para as quais o perigo é considerado uma fatalidade, adotam uma atitude de passividade e de muita dificuldade na gestão do perigo. Nesse sentido, as diferenças culturais têm papel relevante na apreciação da ameaça e na percepção do risco (VEYRER, 2007).

Ainda conforme estudos realizados por Lima (1995), as pessoas avaliam os riscos a partir de três dimensões: o grau de informação sobre o risco, o grau de controle sobre o desastre e a importância pessoal do desastre. De acordo com a autora a partir dessas dimensões se pode verificar o grau de exposição das pessoas ao risco. A percepção do risco também reflete os valores dos indivíduos.

À noção de vulnerabilidade caberiam segundo Moser citado por Alves (s/d, p. 5), três componentes: “exposição ao risco; incapacidade de reação; e dificuldade de adaptação frente a materialização do risco”. Sánchez e Bertalozzi (2007), ao analisarem os estudos de Wisner colocam que para este autor vulnerabilidade e capacidade compõem dois eixos de um mesmo processo, entendendo que a primeira está relacionada à capacidade de enfrentamento e recuperação que o indivíduo pode apresentar. Relaciona ainda ao processo, o nível socioeconômico, a ocupação e a nacionalidade como requisitos ao acesso à informação, serviços e disponibilidade de recursos para recuperação e podem potencializar ou diminuir a vulnerabilidade.

É possível considerar como ponto convergente entre os autores a vinculação do conceito de vulnerabilidade às dimensões social, psicológica, física, cultural, ambiental e política. Nota-se a ênfase aos aspectos ligados às condições de vida das populações, bem como à sua capacidade de produzir respostas às situações emergentes dessas.

O conceito de vulnerabilidade também tem sido foco central para comunidades científicas que discutem mudança ambiental e sustentabilidade e constitui-se em categoria analítica para organismos internacionais. Para os organismos internacionais é a população pobre a mais exposta aos riscos socioambientais, uma vez que, muitas vezes é forçada a ocupar espaços inóspitos, desprovidos de estrutura mínima como, rede de distribuição de água, saneamento adequado, acesso a bens e serviços (ALVES, s/d).

De acordo com Palma e Mattos (2001), a vulnerabilidade está relacionada a processos de exclusão, discriminação ou enfraquecimento de grupos sociais e sua capacidade de reação. Uma questão relevante é a proposta por Marandola e Hogan (2005), ao colocarem que um dos maiores desafios relacionados à vulnerabilidade é passar da dimensão comportamental para a social. Isto implica dizer que, dotar as populações de capacidade de enfrentamento às situações adversas resultará em melhoria de qualidade de vida e inserção social, porém isso é menos fácil do que se imagina.

As questões de vulnerabilidade a que estão expostas especialmente as populações menos favorecidas têm representado um desafio na busca das estratégias para diminuição dos riscos e envolvimento para uma participação mais ativa das pessoas no estabelecimento de meios para a sua aplicabilidade. Segundo Ayres *et al* (1999), a participação ativa da população deve ser imperiosa na busca de estratégias possíveis de execução e encaminhamento de problemas e necessidades. Portanto, para Sánchez e Bertalozzi (2007), a intervenção em situações de vulnerabilidade exige o desenvolvimento de ações que envolvam uma resposta social.

## 2 O LOCUS DAS VIVÊNCIAS COTIDIANAS

As questões socioambientais decorrentes do processo de globalização do modo de produção capitalista trazem para o centro do debate as condições de vida a que estão sujeitas as populações em nível mundial, especialmente as maiorias menos privilegiadas. Há necessidade de problematização do alargamento das desigualdades, da densidade demográfica e populacional, da ocupação dos espaços urbanos na busca de estratégias para melhoria das condições da vida planetária e especialmente das populações pobres.

A vida reclama atenção nos seus problemas mais elementares: uso de recursos naturais, relações sociais, produção de alimentos, segurança, moradia, trabalho, exercício da cidadania através de modelos efetivamente democráticos. O estímulo a modos de consumo cada vez mais vorazes ocasiona transformações nas relações do homem com ele mesmo e com o ambiente que o circunda (SANTOS, 2007a). Tem sido esse estilo de vida que caracteriza a vida nas cidades e desencadeia o processo de migração para regiões mais promissoras de melhoria na qualidade de vida através da inserção no mercado de trabalho e, portanto no sistema. O processo de migração entre e intra regional decorrente da revolução industrial ganha força e se expande no final da década de 60 e de toda a década de 70, se intensifica nas décadas seguintes impulsionando a criação dos bolsões de pobreza nas periferias das grandes cidades (PINTO e FERREIRA, s/d).

Dessa forma, milhares de pessoas deixam seus lugares de origem e buscam outros centros na ânsia de realização do sonho de uma vida melhor, melhores oportunidades de emprego, estudo e qualidade de vida, seja para si ou para seus familiares. Na ausência de condições materiais suficientes para alocarem-se, as pessoas acabam por ocupar espaços “vazios” de gente e de modo irregular devastam a vegetação, levantam barracos e instalam-se na expectativa de possuir um lugar para morar. As ocupações espontâneas apresentam-se em boa medida como uma possibilidade de estar em algum lugar até que se estabeleça ou



conquiste outro que se configure melhor do que o atual, ou pelo menos que lhe permita uma suposta posse regular.

Em Manaus, como em outros grandes centros urbanos, são comuns as ocupações espontâneas, também conhecidas como “invasões”, porém estas são percebidas pelas populações não como um lugar, mas um determinado espaço temporal de difícil demarcação, visto que passado este primeiro momento referem-se ao espaço como “ocupação” que traz consigo a idéia de já estar pertencendo a um lugar. Esta idéia é corroborada pelos estudos de Higuchi (1999; 2003), quando apontam que a “invasão” constitui-se em um estado temporal e não geográfico e é definida pelas pessoas dessas localidades não como lugar de moradia, mas um estágio de ocupação inicial onde se constroem abrigos muito rústicos e estes sejam ocupados por seus moradores, e que no futuro serão o embrião do lugar de moradia.

O ordenamento nesses espaços fica a cargo da família ou pessoa que ali venha a se instalar, demarcado pelos limites das cercas reais ou imaginárias que estabelecem os mesmos entre uma moradia e as demais. Porém o fato de estar ali e já se sentir apossado do pedaço de terra, não o afasta do estigma de “invasor”. Sustentadas pelas dificuldades econômicas a que estas populações estão submetidas, diversos mecanismos sociais e físicos são deflagrados para defesa desse espaço exíguo, que cuja evolução, ou melhoria das condições de moradia, lhes pode assegurar um novo status social, não mais como invasor, mas morador (HIGUCHI, 2003).

Os problemas enfrentados pelas pessoas que vivem em situação de pobreza, seja no período da “invasão” ou do início da formação da moradia, repetem as contínuas mazelas socioambientais pela falta de saneamento básico, rede de distribuição de energia (as ligações são clandestinas) e água, além da precariedade na estrutura das moradias e vias públicas, demarcando as desigualdades de acesso a bens e serviços públicos muitas vezes

implementados apenas com fins eleitoreiros sem considerar o bem estar social em suas diversas dimensões.

A localidade onde foi desenvolvida a pesquisa reflete as características referidas anteriormente. As condições de vida dos moradores são demarcadas pela falta de recursos materiais e sociais considerados adequados ao desenvolvimento de modos de vida mais saudáveis. Está localizada em área próxima ao conjunto “Ouro Verde”, na Zona Leste de Manaus e situada no Bairro Coroado III. Em 1996, quando de sua ocupação foi denominada “Carijó”, uma homenagem dos moradores a um político que lhes deu apoio. A área de relevo baixo era coberta por buritizais e entrecortada por veios hídricos e um encantador igarapé, característica que lhe permitiu, à época, ser considerada de proteção ambiental, fato que subsidiou a tentativa de interferência da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEDEMA) e Defesa Civil através de notificação para retirada dos ocupantes, o que não surtiu efeito e culminou com a permanência desses no local. Cabe ressaltar que não foi apenas uma tentativa, mas segundo os moradores nos primeiros anos da ocupação, foram diversas, às quais eles resistiram negando-se a sair. Ainda segundo os moradores, a ocupação foi iniciada por vinte famílias que ali chegaram, foram cortando os buritis e erguendo barracos até transformarem em suas casas (LUMMERTZ *et al*, 2004; ALVES, 2004; SANTOS, 2005; HIGUCHI, LEMOS e OUTROS, 2006; CRUZ, 2008). Com o passar dos anos, outras famílias foram chegando e ocupando os espaços existentes até que, no início dos anos 2000 a comunidade já havia alcançado a margem esquerda do igarapé, praticamente em toda a sua extensão. Os veios hídricos foram se tornando valas de esgoto e o igarapé perdendo seu glamour e sendo gradativamente poluído.

Os anos seguintes foram marcados pelas tentativas de ocupação da margem direita, fato que desencadeou conflitos com uma empresa instalada atrás desta área que reclamava sua posse. No entanto, as famílias foram erguendo suas casas e resistindo às inúmeras tentativas

de serem retirados do local, o que em determinados momentos possibilitou mobilização dos moradores a fim de alcançarem seu intento, todavia os momentos de mobilização foram pontuais e duraram o tempo necessário para garantir a permanência, não se instituindo como organização comunitária que vislumbresse o alcance de soluções para os problemas já instalados na localidade e compartilhados pelos moradores mais antigos. Com a ocupação dos poucos espaços ainda existentes, as dificuldades foram intensificadas, não somente pela falta de infra-estrutura, mas pela ocorrência dos alagamentos decorrentes das intensas chuvas no período do inverno amazônico.

Dessa forma, o panorama socioambiental do lugar encontra seus limites quanto a capacidade de suporte da densidade demográfica. Os buritizais cederam definitivamente o lugar às casas, em sua maioria de madeira e sem infra-estrutura básica, especialmente as que foram construídas na margem direita do igarapé nomeado Acariquara. O ambiente em que vivem os moradores atualmente é alagadiço, situado em área de charco e entrecortado por vários córregos bastante poluídos que deságuam no igarapé onde são jogados praticamente todos os dejetos e o lixo produzido pelos moradores. Essa situação vem causando problemas ambientais importantes e trazendo inúmeras dificuldades quando da época das chuvas, com o alagamento de várias casas, disseminação de ratos, baratas, cobras, problemas de saúde e em tempos mais secos, um odor fétido emanado do lixo que fica acumulado (Figura 01).



Figura 01 - Córrego atravessa a localidade “Parte do Ouro Verde”-Manaus, 2008 (A) e Igarapé onde deságuam os córregos na localidade “Parte do Ouro Verde”- Manaus, 2008(B).

FONTE: Banco de imagens do NEGSA

A localidade, que teve diversos nomes desde seu surgimento, atualmente é designada pelos seus residentes como “Parte do Ouro Verde” (Cruz, 2008), é considerada como um bom lugar pela facilidade de acesso a outros pontos da cidade de Manaus. Várias linhas de ônibus circulam na via principal – Alameda Cosme Ferreira - situada ao seu largo, tornando o acesso rápido. O perímetro geográfico da área é de aproximadamente 3,6 Km (GOOGLE EARTH, 2008). O acesso ao interior da localidade é feito por caminhos denominados becos, onde retrata um exótico mosaico, mais próximo de um labirinto, por onde é possível circular somente a pé ou de motos e bicicletas. Em estudo realizado por Cruz (2008), foi realizado o mapeamento da comunidade com a identificação das casas, estabelecimentos comerciais e instituições religiosas, a pesquisadora desenvolveu um croqui que é apresentado neste trabalho como referência da descrição física do local (Anexo 1). O modo como o espaço foi ocupado é um aspecto relevante, pois parece refletir o que é identificado em estudos realizados em outros contextos de características semelhantes, dentre eles os estudos de Ferrara (1999), em que pouca atenção é dada aos espaços comuns, ou dito de outra forma na defesa de um espaço individual para moradia não se atenta para o de circulação ou de utilização (compartilhamento) entre todos.

A circulação e o acesso às moradias na localidade se dão principalmente pelos becos maiores, descritos em número de sete, localizados à margem esquerda do igarapé e denominados: Beco Anne (que dá acesso à comunidade para quem vem pela Alameda Cosme ferreira), Beco Santo Expedito, Beco União, Beco Nova Esperança, Beco Vitória I e II e Beco Jesus Salvador; já à margem direita está a Travessa São Lucas, cortada pelo beco Jesus Salvador e outros becos menores que dão acesso às moradias em seu interior compondo um modo peculiar de organização do espaço, bem como de circulação pelo mesmo (CRUZ, 2008).

A geografia dos becos não segue uma lógica formal, mas se constitui na lógica do entendimento dos moradores do modo como se posicionam e circulam pela área, neste

sentido, um beco pode expandir-se em diferentes direções ou mesmo cortar um igarapé e prosseguir em sua outra margem. Os becos estreitos também se apresentam como uma das poucas possibilidades de espaço para brincadeiras entre crianças e adolescentes e de encontro entre os moradores. São neles que se pode observar uma tentativa de compartilhamento seja no jogo de bola, na brincadeira com as pipas (papagaios), ou numa conversa entre os moradores. Também servem como espaço para a realização do assado de peixe no domingo ou no comércio de alimentação no dia-a-dia (Figura 02).



Figura 02 - O encontro possível/Beco Jesus Salvador na localidade “Parte do Ouro Verde”- Manaus, 2008 (A)  
Travessa São Lucas/margem direita na localidade Parte do Ouro Verde – Manaus, 2008 (B).  
FONTE: Banco de imagens do NEGSA

O desenho arquitetônico da comunidade sofreu alterações significativas ao longo dos anos de sua ocupação, os terrenos que no início eram demarcados por estacas, hoje são delimitados praticamente em sua totalidade por cercas de madeira ou compensado e, em alguns casos já aparecem os muros, ainda em número bastante reduzido, entretanto estas transformações repercutem amplamente nas relações entre os sujeitos e preconizam mudanças seja de status, seja de demonstração de poder e de progresso. A mobilidade que era freqüente no início da ocupação foi diminuindo ao logo do tempo e evidencia uma permanência maior dos moradores no local (em média a maioria dos moradores está no local entre 4 e 8 anos). A permanência no local não é uma escolha genuína, pelo menos daqueles que moram às margens do igarapé, mas uma condição na ausência de outra possibilidade.

## 2.1 Casa: Lugar de ser e estar

A transformação ocorrida no espaço ocupado e habitado reflete-se na reforma contínua das moradias que atualmente pouco lembram os barracos de compensado e papelão do seu início. Aos poucos os barracos foram ganhando formas de casas rústicas, de madeira com dois cômodos em sua maioria e hoje ao serem reformadas apresentam uma configuração bastante diferenciada das primeiras. Embora ainda construídas de madeira apresentam estruturas mais firmes e ampliadas. As primeiras etapas da ocupação são formadas por casas com melhor estrutura física e em sua maioria de alvenaria. As etapas posteriores especialmente as da margem esquerda e direita do igarapé bem como o meio situado entre as margens, ainda é formada por casas de madeira em sua maioria (Figura 03).



Figura 03 - Casas das primeiras etapas da localidade “Parte do Ouro Verde”- Manaus,2009 (A) e Casas mais recentes na localidade “Parte do Ouro Verde”- Manaus,2009 (B)

FONTE: Banco de imagens do NEGSA

Nos últimos meses do ano de 2008, mais especificamente nos meses de setembro a dezembro, várias casas da margem direita do igarapé passaram por reformas a fim de garantir maior estabilidade quando das chuvas mais intensas e resistirem ou afastarem-se dos alagamentos comuns nesta época do ano. Porém não é somente pela preocupação com os alagamentos que as casas são melhoradas, pois ao final da reforma são frequentes as placas de vende-se apontando mais uma vez o desejo de sair do lugar conseguindo um valor de venda maior para realizá-lo (Figura 04).



Figura 04 - Casa em reforma na localidade “Parte do Ouro Verde” - Manaus, 2008 (A) e Casa à venda na localidade “Parte do Ouro Verde” - Manaus, 2008 (B)  
 FONTE: Banco de imagens do NEGSA

Um aspecto que pode ser destacado é que o movimento de um ou de alguns moradores na melhoria de suas casas parece estimular outros moradores a procederem da mesma forma, seja de modo real – também fazendo melhorias na sua própria casa - ou pela demonstração da intenção de fazê-lo ao armazenar material de construção na frente da casa. Este aspecto se assemelha ao apontado pelos estudos de Higuchi (1999; 2003), ao abordar que as mudanças realizadas nas estruturas das casas modificam também o status de seu morador dentro da comunidade e parece refletir na permanência ou não no local em decorrência das pressões exercidas pelos demais.

O modo como o lugar foi ocupado e construído, forma um espaço que traz dificuldades quanto ao transporte de materiais e equipamentos especialmente para os moradores das margens do igarapé, mais respectivamente situados no Beco Jesus Salvador – margem esquerda - e Travessa São Lucas – margem direita. Este aspecto é referido pelos moradores como um grande obstáculo para a melhoria das moradias pelo dispêndio de recursos financeiros e físicos para transporte do material necessário à sua realização. Essa situação se agrava para os que moram mais distante das vias de entrada e aqueles cujas moradias estão situadas à margem direita do igarapé, pois o acesso se dá através de pontes construídas pelos próprios moradores para permitir a travessia para a margem esquerda e daí acessar outros lugares dentro e fora da localidade.

## **2.2 As Pontes: o que liga também separa**

Durante a realização da pesquisa foi possível observar a dinâmica das relações sociais a partir da relação que os moradores estabelecem com os pontos de acesso através das pontes construídas e (re) construídas na localidade. As pontes, por vezes têm se estabelecido como pontos de conflito entre os moradores, dizendo de outra forma, nem sempre desempenham um papel de ligação de um ponto a outro.

Observações realizadas mostraram uma delimitação e/ou intencionalidade de individualização na construção e utilização de algumas pontes, justificada pela melhoria da moradia e restrição no acesso antes permitido a outros moradores. A ponte se caracteriza como uma extensão da casa, tanto para sua proteção quanto para a privacidade de acesso. Esta justificativa não raras vezes esconde o incômodo de compartilhar o espaço com pessoas que não são bem vistas na comunidade. O que serve para unir - margem a margem- também serve para separar - o desejado do não desejado. A construção de outras pontes delimita o número de usuários, uma vez que outras pessoas ficam impedidas de passagem, pois a casa é estendida até o limite da margem do igarapé.

Em decorrência das fortes chuvas as pontes sofrem avarias ou são completamente destruídas, o que dificulta o acesso a outra margem e, portanto a espaços fora da comunidade. A operacionalização da reconstrução das pontes é decorrente da mobilização dos próprios moradores, especialmente daqueles que delas necessitam, e por vezes contam com a ajuda de alguns outros que se sensibilizam com a sua situação. Porém é mais comum que sejam os que delas utilizam que se mobilizam para conseguir os recursos para a sua reconstrução. Estes recursos muitas vezes são conseguidos através de pedidos de ajuda a quem os possui como, por exemplo, ir a uma serraria pedir madeira, o que caracteriza uma construção, via de regra, com baixa qualidade de materiais e de confecção bastante deficiente.



No período de dois anos, durante os estudos desenvolvidos na localidade, foi possível observar uma multiplicação das pontes que ligam as duas margens do igarapé, em quase 100% (eram 3 e atualmente são 5), fato este que nos leva a observar uma tentativa de individualização na sua utilização evitando assim os conflitos decorrentes de seu compartilhamento como apontado acima, e conseqüentemente de responsabilidade na sua manutenção. Alguns conflitos surgem também em decorrência do lixo que fica preso nos seus pilares e que aumenta a chance de entrada da água nas casas, fato comum na época das chuvas em que alguns moradores precisam entrar no igarapé para soltar o lixo e dar vazão à água.

No interior da comunidade em virtude dos córregos, são necessárias estratégias de passagem para alcançar os becos de melhor acesso, deste modo são construídas pequenas pontes para circulação dos moradores na entrada de suas casas. Estas não diferem muito das pontes maiores tanto na sua estrutura quanto na sua finalidade, e igualmente retém o lixo que circula pelo córrego, razão pela qual também facilita o alagamento das casas quando das fortes chuvas. No entanto não parecem representar pontos de conflito visto que são construídas quase que individualmente atendendo a cada uma das moradias (Figura 05).



Figura 05 - As pontes se multiplicam na localidade “Parte do Ouro verde”- Manaus, 2008 (A) e se individualizam na localidade “Parte do Ouro Verde – Manaus, 2008 (B)

FONTE: Banco de imagens do NEGSA

### 2.3 Espaços coletivos: a (im) possibilidade do encontro com o outro

Na localidade não há espaços constituídos que possibilitem encontros e /ou o desenvolvimento de atividades coletivas entre os moradores, bem como algum tipo de

organização comunitária, seja de lazer ou espaço de discussão das problemáticas existentes. Por conseguinte, não há representantes constituídos formalmente, por exemplo, por associação, apenas lideranças informais que se estabelecem pelo princípio da solidariedade e oportunidades e que atuam como mediadoras na busca de soluções em momentos mais críticos.

Atualmente se percebe que os problemas socioambientais têm se ampliado em decorrência do aumento da densidade populacional e da falta de condições mínimas de exercício de seus direitos civis, colocando-se em posição de espera para que alguém ou algum órgão público atente para suas dificuldades e ofereça soluções. A dependência dessa “ajuda” pode ser encarada, a uma primeira análise, como passividade dos moradores, ou ainda como indolência coletiva. Entretanto, a história de privação e necessidades vividas parecem imprimir no código social uma espera, que os auxilia, não apenas na sobrevivência como numa proteção contra a frustração presente, não raro, desde o seu nascimento. De modo geral, a defesa do coletivo parece ainda ser algo difícil de ser incorporado, uma vez que a defesa de si é que persiste fortemente. Essa estrutura da dinâmica social se manifesta na concretude da formação do espaço de moradia (Fischer, s/d). A espacialidade construída pelos moradores retrata, portanto, uma particular forma de sociabilidade e apropriação do espaço de passividade e individuação predominantes no sistema global atual.

A ausência de espaços coletivos onde são tecidos os encontros e desencontros cotidianos mostra a individuação e cautela na ampliação de relações entre os moradores. Nas palavras de Magnani (2000), os “pedaços” coletivos são tanto produtos do exercício da coletividade quanto processos para a convivência coletiva. Sendo assim, cada morador que se envolver com a formação coletiva terá que também cumprir as regras de lealdade na manutenção dessa coletividade, que no caso em estudo, parece ainda não haver a substância própria de uma comunidade, nos termos Weberianos.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo consistiu em uma pesquisa de campo do tipo qualitativa exploratória descritiva, que foi desenvolvida em uma ocupação urbana localizada nas adjacências do conjunto Ouro Verde, Bairro Coroado III, Zona Leste na cidade de Manaus. De acordo com Minayo *et al.* (1994), a pesquisa qualitativa ao trabalhar com os significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes visa o aprofundamento do significado das ações e relações humanas, processos e fenômenos que não podem ser reduzidos a quantificação de variáveis.

A pesquisa qualitativa pressupõe uma ênfase nos processos de construção sobre as respostas e é compreendida como um processo dialógico que implica tanto o pesquisador quanto as pessoas participantes na condição de sujeitos do processo e da produção de sentido do que está sendo investigado (REY, 2002).

O procedimento para coleta das informações foi executado em momentos distintos, mas complementares, sendo que a escolha do método está diretamente relacionada ao problema e as técnicas para sua investigação. Em decorrência da participação em projetos de pesquisa desenvolvidos em anos anteriores pela ULBRA na comunidade, não houve dificuldades de inserção para a realização do presente estudo. A mesma se deu em julho de 2007 com a criação de um grupo de mulheres que se reuniu em encontros semanais até o início do mês de dezembro do mesmo ano.

Dessa forma a pesquisadora acompanhava o desenvolvimento das atividades que versavam sobre discussões de temáticas de interesse das mulheres e ainda trabalhos manuais com material reciclável a fim de oportunizar um aprendizado que se reverteria em uma possibilidade de melhoria na renda familiar. Durante os encontros foram realizadas palestras com outros profissionais a fim de aprofundar as discussões sobre saúde, sexualidade e planejamento familiar. A frequência nos grupos não era regular em termos de participação,

sendo que em alguns dias havia mais participantes que em outros, porém a média ficou situada em 6 mulheres por encontro. Participaram como colaboradoras a enfermeira Ângela Maria Carvalho Soares e a psicóloga Denise Duran Gutierrez, esta última dividiu com a pesquisadora a coordenação do grupo.

Concomitante à participação no grupo a pesquisadora observava a dinâmica na comunidade com o propósito de apreender os modos de vida dos moradores atendendo a uma das técnicas propostas para a realização da pesquisa. Assim, as idas à comunidade continuaram mesmo depois da conclusão do grupo que se deu em razão de algumas mulheres terem conseguido trabalho e outras estarem envolvidas em seus afazeres domésticos não dispondo de tempo para prosseguir participando das atividades.

A Observação participante foi adotada desde a fase exploratória por compreender-se que, como pontua Malinowski (1975), existem fenômenos importantes que só podem ser registrados através da observação da realidade, a estes fenômenos o autor denomina como “imponderáveis da vida real”. O método de Observação Participante propõe assim, que para ocorrer o entendimento do comportamento humano, é necessário que o pesquisador “mergulhe” no mundo dos sujeitos de sua pesquisa. Moreira (2004) compartilha dessa idéia, ao referir que para o entendimento dos sentidos simbólicos que as pessoas atribuem as coisas é necessário estudá-las em seu próprios termos, em sua própria realidade. As idas a localidade em uma frequência de no mínimo três vezes por semana possibilitou o conhecimento da dinâmica de vida de seus moradores.

Os relatos realizados em decorrência das observações compuseram o diário de campo e foram utilizadas com maior propriedade juntamente com a descrição das entrevistas na análise das informações e permearam o entendimento do modo como as pessoas concebem e entendem as questões ambientais e o seu compromisso na resolução das dificuldades impostas pelas condições de vida presentes na localidade.

Após a aprovação pelo comitê de ética da Universidade Federal do Amazonas, de acordo com a Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS) 196/96, em agosto de 2008 (Anexo 2), deu-se início à fase seguinte que se constituiu da realização das entrevistas semi-estruturadas com trinta moradores, escolhidos aleatoriamente e de acordo com a sua disponibilidade em participar. Para tanto era feito contato para verificar essa disponibilidade e proceder à assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo 3) e então realizar a entrevista que constava de um roteiro de questões norteadoras desenvolvidas a partir das observações realizadas na fase exploratória da pesquisa (Anexo 4).

A Entrevista semi-estruturada de acordo com Minayo (2000), não possui um roteiro rígido e fechado é, outrossim, um facilitador para a ampliação da comunicação entre o pesquisador e o sujeito participante da pesquisa e nele estão os itens que são imprescindíveis para o delineamento do objeto.

As entrevistas foram realizadas no período de agosto de 2008 a janeiro de 2009. O contato com os entrevistados se deu previamente em situações informais durante o período de observação. A partir desse primeiro contato o morador era convidado a participar da pesquisa e após a apresentação do termo de consentimento livre e esclarecido e conforme seu aceite procedeu-se a assinatura do mesmo e deu-se início a entrevista. O tempo médio de entrevista foi de trinta e cinco minutos em que pautada pelo roteiro de entrevista a pesquisadora possibilitava a livre expressão sobre a questão buscando os esclarecimentos necessários para a compreensão do que estava sendo dito. As entrevistas foram realizadas na casa dos moradores com horário combinado com os mesmos de acordo com a sua disponibilidade.

Fizeram parte da pesquisa trinta moradores com idade entre 22 e 64 anos, sendo que a média situou-se entre 28 e 38 anos compondo 47% da amostra (Tabela 01).

<b>IDADE</b>	<b>NÚMERO DE PARTICIPANTES</b>	<b>%</b>
<b>20 - 30</b>	10	33
<b>31-40</b>	12	40
<b>41-50</b>	06	20
<b>51-60</b>	01	3
<b>61-70</b>	01	3
<b>TOTAL</b>	30	99

Tabela 01 – Distribuição dos participantes em função da faixa etária na localidade “Parte do Ouro Verde”- Manaus,2009.

Foram entrevistadas dezoito pessoas do sexo feminino (60%), e doze do sexo masculino (40%) (Tabela 02).

<b>SEXO</b>	<b>NÚMERO DE PARTICIPANTES</b>	<b>%</b>
<b>FEMININO</b>	18	60
<b>MASCULINO</b>	12	40
<b>TOTAL</b>	30	100

Tabela 02 - Distribuição dos participantes em função do sexo na localidade “Parte do Ouro Verde”- Manaus, 2009.

A escolaridade média dos participantes é de ensino fundamental incompleto 57%, sendo que os demais possuem ensino fundamental completo 7%; ensino médio 17%; ensino médio incompleto, 7%; acelerado de ensino médio; 3% e ensino superior incompleto 3% e não estudou 7% (Tabela 03).

<b>ESCOLARIDADE</b>	<b>NÚMERO DE PARTICIPANTES</b>	<b>%</b>
<b>FUNDAMENTAL INCOMPLETO</b>	17	57
<b>FUNDAMENTAL</b>	02	7
<b>MÉDIO INCOMPLETO</b>	02	7
<b>MÉDIO</b>	05	17
<b>ACELERADO ENS. MÉDIO</b>	01	3
<b>SUPERIOR INCOMPLETO</b>	01	3
<b>NÃO ESTUDOU</b>	02	7
<b>TOTAL</b>	30	101

Tabela 03 - Distribuição dos participantes em função da escolaridade na localidade “Parte do Ouro Verde”- Manaus, 2009.

Quanto ao estado civil 63% são casados; 20% são separados e 17% solteiros (Tabela 04).

<b>ESTADO CIVIL</b>	<b>NÚMERO DE PARTICIPANTES</b>	<b>%</b>
<b>CASADO</b>	19	63
<b>SOLTEIRO</b>	06	20
<b>SEPARADO</b>	05	17
<b>TOTAL</b>	30	100

Tabela 04 - Distribuição dos participantes em função do estado civil na localidade”Parte do Ouro Verde”, Manaus, 2009.

Os moradores são procedentes em sua maioria de outros bairros da cidade de Manaus 57%; que vieram de outros municípios 23% e que vieram de outros estados 20% (Tabela 05).

PROCEDÊNCIA	NÚMERO DE PARTICIPANTES	%
OUTROS BAIRROS	17	57
OUTROS MUNICÍPIOS	07	23
OUTROS ESTADOS	06	20
<b>TOTAL</b>	<b>30</b>	<b>100</b>

Tabela 05 - Distribuição dos participantes em função da procedência antes da fixação na localidade “Parte do Ouro Verde”- Manaus, 2009.

A maioria, 63% é de religião católica, 27% evangélica, 3% adventista e 7% disseram não ter religião (Tabela 06).

RELIGIÃO	NÚMERO DE PARTICIPANTES	%
CATÓLICA	19	63
EVANGÉLICA	08	27
ADVENTISTA	01	3
NÃO TEM	02	7
<b>TOTAL</b>	<b>30</b>	<b>100</b>

Tabela 06 - Distribuição dos participantes em função da religião na localidade “Parte do Ouro Verde”- Manaus, 2009.

O tempo de moradia na localidade está situado entre: dois a quatro anos 33%; cinco a sete anos, 47%; oito a dez anos 17%; onze a treze anos, 3% (Tabela 07).

TEMPO NA LOCALIDADE (EM ANOS)	NÚMERO DE PARTICIPANTES	%
2 - 4	10	33
5 - 7	14	47
8 - 10	05	17
11 -13	01	3
<b>TOTAL</b>	<b>30</b>	<b>100</b>

Tabela 07 - Distribuição dos participantes em função do tempo de moradia na localidade “Parte do Ouro verde”- Manaus, 2009.

O método para análise das informações foi o de análise de conteúdo proposto por Bardin (2004), com o estabelecimento de categorias realizadas *a posteriori* e discutidas à luz do referencial teórico apresentado para argumentação do estudo. Conforme o autor, o método de análise do conteúdo constitui-se em um conjunto de técnicas que através de procedimentos sistemáticos e objetivos permitem a inferência de conhecimentos relativos às “condições de

produção/reprodução das mensagens” comunicadas (p. 33). A função da análise de conteúdo está em mostrar o que se encontra por trás do conteúdo manifesto, percorrendo um caminho para além do que está aparente na comunicação feita pelo pesquisado (GOMES, 1994).

Após a realização das entrevistas procedeu-se a transcrição das mesmas com a finalidade de manter-se a fidelidade às comunicações feitas pelos entrevistados. As informações coletadas compuseram um banco de dados que subsidiou a análise a partir dos objetivos estabelecidos para a realização deste estudo. De acordo com o roteiro de entrevista e as categorias elencadas as informações foram sistematizadas a fim de responder ao problema de pesquisa e alcançar os objetivos propostos. Esta idéia é reiterada por Bauer (2002), quando refere que a validade da análise de conteúdo deve ser julgada pela sua fundamentação nos materiais pesquisados, sua congruência com a teoria utilizada e orientada pelos objetivos da pesquisa. Para o autor, “através da reconstrução de representações, os analistas de conteúdo inferem a expressão dos contextos e o apelo através desses contextos” (p. 192).

A partir da análise do conteúdo das entrevistas foi possível apreender os modos como os moradores concebem o ambiente em que vivem e como isto repercute nas formas de compromisso ambiental ou na sua falta, que por fim constitui o ethos socioambiental dessa população.



## 4 O AMBIENTE E SUAS VICISSITUDES

Ao investigar a questão do ethos ambiental entre os moradores, é crucial que se possa compreender como estes se posicionam acerca de morar na localidade referindo suas facilidades e dificuldades como ponto inicial dessa permanência no local. Considera-se assim, que morar naquele lugar em particular, seja um ambiente no qual essas pessoas se acham inseridas e, portanto, ali estão morando e vivendo suas vidas. Desta forma, “ambiente” constituiu a primeira categoria de análise para este estudo em função das peculiaridades existentes e por sua importância para o entendimento das concepções de compromisso ambiental da população alvo.

De acordo com Leff (2003, p. 31-32), “o ambiente pode ser conceitualizado como uma estrutura sócio-ecológica holística” que coaduna além das bases biológicas as condições sociais em suas aspirações de “equidade e democracia”. Para o autor, os princípios de condução e reorganização social são mobilizados pelo desejo, traduzido como a “vontade do poder” que instiga um processo sem fim de transformação do saber e do ser, que por mais que tente, o conhecimento não consegue satisfazer. A compreensão do ambiente amplia o entendimento da práxis desenvolvida em seu sentido biopolítico e auxilia a desvendar os modos de vida e o exercício da cidadania. Dessa maneira, o conceito de ambiente que norteou a discussão foi tomado neste estudo como “uma visão das relações complexas e sinérgicas gerada pela articulação dos processos de ordem física, biológica, política e cultural” (LEFF, 2006, p. 282).

Para além de suas características naturais, a ação do homem sobre o ambiente tem transformado o mundo natural numa gigantesca obra progressista de tijolos e concreto. Muda a paisagem em seus mínimos detalhes, surgem cidades nos espaços mais recônditos e a vida se manifesta nas formas possíveis de interrelação e sobrevivência. As diferenças sociais se ampliam, as problemáticas socioambientais se alargam e a busca de estratégias de solução é

incipiente diante das transformações. Desta maneira é possível afirmar que as mudanças no ambiente repercutem nas pessoas e vice versa, num jogo interacional de causas e conseqüências do estar e conceber o mundo, numa intencionalidade muitas vezes despercebida e negligenciada (FERRARA, 1999; HOGAN, 2000; PEREIRA, 2006).

Ao encontrar os limites da natureza, seria esperado que os indivíduos se pusessem em movimento para mitigar os efeitos de sua ação sobre o ambiente e se lançasse no enfrentamento para a criação de modos de vida possíveis num processo de reencontro e retomada de uma ação mais harmonizada com usos mais racionais dos recursos naturais ainda existentes. No entanto, o que se percebe é que este movimento é lento e restrito a determinadas organizações políticas ou grupos ambientalistas estando longe de alcançar a maioria da população (LEFF, 2003; BOFF, 2003; SANTOS, 2004).

O modo de produção dominante criou o cenário para que a vida se pusesse nesse movimento ao cunhar, por seu modelo, um modo de vida calcado no consumo e no uso dos recursos naturais sem nenhuma parcimônia. A polis se modifica e já não atenta para sua função fundamental de condução das maiorias, atrela-se à lei do mercado e amplia as desigualdades sociais como forma de controle e determinação daqueles que podem e dos que não podem, instituindo um processo de exclusão ampliado na “melhor das hipóteses” para um processo de inclusão perversa como proposto por Sawaia (2008), em que se criam mecanismos para mascarar as ações políticas direcionadas a essas parcelas populacionais.

Para a autora,

a sociedade exclui para incluir e esta transmutação é condição da ordem social desigual, o que implica o caráter ilusório da inclusão. Todos estamos incluídos de algum modo, nem sempre decente e digno, no circuito reprodutivo das atividades econômicas, sendo a grande maioria da humanidade inserida através da insuficiência e das privações, que se desdobram para fora do econômico (p. 08).

Portanto, num movimento sistêmico, o mundo se tornou globalizado, mas com atenção às minorias e exclusão de parcelas cada vez maiores da população no acesso a serviços essenciais. O uso de bens de consumo cada vez mais sedutores, menos duráveis e

indispensáveis para a inclusão nesse “novo mundo”, pautado pela tônica capitalista, dá o acorde para o desenvolvimento nas suas diferentes dimensões (MORIN, 2005).

Na localidade estudada constatou-se que os moradores estão alojados no lugar, mas não se sentem pertencentes àquele lugar e assim ficam justificadas as suas não ações na consideração do ambiente em sua totalidade. A localização da área é, para os moradores, um dos indicativos de facilidade de morar ali e que justifica não querer mudar para outro lugar, por estar situada em local geograficamente estratégico, próxima de serviços essenciais como escola e pronto socorro – o que não significa o acesso aos mesmos de maneira adequada- e possibilitar menos dispêndio de tempo e de recursos financeiros, quando são necessários. A disponibilidade de transporte também é apontada por dar acesso a diferentes lugares e as paradas de ônibus estarem localizadas na rua principal não causando maiores dificuldades para locomoção dos moradores para fora da localidade.

Nessa linha de raciocínio, morar naquele ambiente constitui apenas uma estratégia de aproximação dos bens e serviços essenciais, para além da constituição da idéia de pertencimento. Para Castel (2008, p. 23), “as populações em situação de declínio social parecem viver em uma espécie de prisão domiciliar em espaços que se lhes apresentam como a única possibilidade de alojamento”.

Alojar-se, no entanto não é suficiente para a plena realização e condição digna das pessoas. Alojarse seria o mesmo que “abrigar-se” das intempéries, condição que nos aproxima dos animais (INGOLD, 1995), uma vez que esta forma de buscar um nicho não requer um planejamento, uma expectativa, mas apenas uma reação à necessidade física. O ser humano, pela sua própria natureza difere dos animais, segundo Ingold, pois este não tem o desejo, a necessidade de pertencimento a um lugar. A idéia de um espaço para estabelecer-se, parece inerente à condição humana, pertencer e estabelecer seus laços sociais é particularmente característica do ser. Assim, na tentativa de encontrar este espaço de

pertencimento, as pessoas se movem para espaços possíveis que lhes dêem um mínimo dessa condição (FISCHER, s/d; PEREIRA, 2006). Então estariam essas pessoas numa condição que os diminui frente à sua condição de realização plena? Ou estariam estas pessoas digladiando continuamente em busca de uma condição de sobrevivência física para então preencher a necessidade social de pertencimento?

É na segunda alternativa que essas pessoas se acham inseridas. Buscam – em muitos casos ingloriamente, uma saída para conquistar essa condição de comunhão com o lugar e suas necessidades e expectativas de realização social. Na ausência de uma habitabilidade o repertório ambiental se reduz a duas possibilidades para o efetivo acontecimento social: o que há de bom e o que há de ruim nesse lugar. As informações a seguir mostram o que os moradores, participantes deste estudo, concebem como facilidades e dificuldades encontradas na localidade e como compõem a dinâmica da condução do seu modo de viver:

*...a facilidade de eu morar aqui, de não sair para outro bairro, conseguir um terreno mais barato que não alague, é porque aqui eu estou perto do hospital, da escola das minhas filha, tem a parada de ônibus tem a encanação da água pelo menos isso né? tem feira, é perto, qualquer ônibus passa aí em cima, a gente pode ir pro centro, prá ali, prá cá e em outros bairro já dificulta isso. E a facilidade é essa.. é mais por causa da escola e dos hospitais são as principais coisas né? que a gente tem que fluir na vida da gente...a escola, o hospital.*

*...as facilidades eu acho que são prioridades prá nós, é posto né?postos médico, aqui o João Lúcio, pronto socorro perto, bem pertinho né? e as parada de ônibus são perto também, isso aí facilita tudo prá gente.*

*Assim, porque é tudo perto, de colégio né? e posto também ali perto, pronto socorro. Às vezes eu preciso ir no posto, eu vou lá tem a casinha, não preciso pegar ônibus, se precisa do pronto socorro que tem um caso urgente eu vou ali também, é bem pertinho, as facilidade é essa a gente fica mais perto do centro.*

*As facilidade assim, a saúde eu não tenho do que me queixar, tem o centro de referência, prá mim toda vez que eu vou lá eu sou bem atendida, eu meus filho, nunca fui assim, maltratada. A parte do ônibus é muito boa né? eles passam aqui na principal e prá onde eu deseje ir ou prá zona leste ou prá zona sul ou prá outros local, tem ônibus, então prá mim isso também eu to me sentindo bem né?A escola também, meus filho a escola é bem perto de casa, aí esse é um ponto que eu vou deixar e vou pegar, é bem próximo, não pego assim transporte prá mim nessas posições assim, ta bom.*

Neste lugar, o ritmo da vida segue seu curso aliado à expectativa de conseguir algo melhor, mesmo que seja uma melhoria na moradia ou a possibilidade de oferecer aos filhos a oportunidade de estudar. A vida vai se construindo à medida do possível, na busca de um

lugar seu, dentro das condições que são permitidas pelas restrições econômicas e, esta medida, não é impeditiva para a realização do desejo de oportunizar uma formação para os sujeitos e o cumprimento do que entendem como responsabilidades parentais de cuidado e educação. Estes aspectos foram relatados pelos moradores do seguinte modo:

*Eu acho legal porque eu to dando uma boa educação pros meus filho, entendeu? e a gente fica assim continuando com a responsabilidade e a gente não fica se incomodando com a vida de ninguém, eu acho legal.*

*...então a gente vive assim, a gente tenta viver assim no mínimo possível, primeiro porque a gente veio prá cá a gente morava alugado, aí por não conseguir comprar um terreno num lugar melhor a gente conseguiu aqui” .*

*Eu moro neste lugar porque foi a única possibilidade de eu conseguir uma moradia...é... fixo né?... a gente tinha um pouco dinheiro, não dava prá gente comprar uma casa, eu e meu esposo. Então tavam vendendo né, que tinham invadido, mais baratinho, então eu comprei aqui... causo que era o único lugar mais barato... mas não é muito bom não.*

*Eu não acho nada, eu só vim morar aqui porque a minha condição era pouca, não dava prá comprar uma casa fora e só deu prá esse terreno aqui, que eu pagava aluguel de casa, aí foi aonde deu prá comprar foi aqui, que fica na beira do igarapé que sabe que terreno aqui é muito caro se for comprar assim na pista , no caso assim numa rua boa, é muito caro e não pode comprar, eu assim não posso comprar não tenho nem marido. Aí foi onde deu prá mim comprar, foi onde deu prá mim fazer e aqui eu estou até hoje.*

A canalização da água é recente na localidade e é indicada como facilidade em vista das referências de outros locais, embora as instalações em alguns becos sejam deficitárias com a tubulação à mostra e risco de serem rompidas pelo tráfego de pessoas, motos e bicicletas sinalizando o descaso da instituição pública na oferta de serviços básicos. Este aspecto caracteriza o quanto é controversa a postura pública em relação a estas populações, pois ao inserirem o serviço não o fazem da forma mais adequada, o que muitas vezes não contempla a expectativa de quem o utiliza e não é suficiente para mobilizar os moradores na busca de soluções mais eficazes. Todavia, a obtenção de água do modo como é feito constitui também uma das facilidades encontradas por morar nesta localidade, como se pode verificar nos relatos a seguir:

*Prá mim é bom, tem água, é... praticamente tem tudo o que a gente precisa aqui.*

*É bom assim por uma parte porque a água aqui é muito boa né? mas tem muita dificuldade porque a gente mora aqui na beira do igarapé e às vezes a gente adoece e prá sair daqui é muito difícil, é isso.*

Para alguns moradores a localidade mostra-se como um lugar tranqüilo, com pouca violência, diferenciado de bairros mais distantes, porém isto é contestado por outros que entendem que a localidade já dá sinais de falta de segurança e de risco para as crianças seja pela proximidade do igarapé, seja pelo aumento do comércio e uso de drogas. Alguns moradores se posicionam da seguinte maneira:

*Bom, ele é bom porque ele é silêncio, ele é calmo... o problema é só quando vem a chuva, da feita que vem a chuva você não sai de casa.*

*Pra mim é bom morar neste lugar porque não tem muita violência.*

*Aqui, eu digo onde nós temos morado é bom, me senti bom né? que tem aqui a gente vive sossegado, não tem esse negócio de galera, e outras coisas mais... isso de galera mesmo.*

*É porque assim, eu considero assim, não é um lugar violento, uma que eu trabalho de noite, aí eu saio e deixo meus filhos tranqüilo aqui, graças a Deus nunca ninguém, assim, é...teve a audácia menos de chegar perto de casa... e tanto de noite como de dia assim...não é um lugar perigoso... apesar do pouco tempo que eu moro aqui...mas eu acho que é um lugar mais seguro que muitos lugares que a gente conhece por aí... bom, aqui tem escola perto, nada é muito difícil aqui.*

Enquanto outros relatam que:

*Aqui é uma boca de fumo... aí de noite... aí eu fico... às vezes eu tenho vontade de sair para fora... e não dá...é perigoso.*

*...você olha a noite tem muitas pessoas fumando droga entendeu?! É muitas vezes a policia entrando aqui correndo com arma outras vezes atirando entendeu?! E as vezes precisa se tiver na frente da suas casas você é humilhada pela própria policia porque eles pensam que quando a pessoa mora num lugar só tem marginal num lugar como esse na verdade não é tem muitas pessoas de bens entendeu?*

*Tem violência, ta ficando meio perigoso aqui de novo, até que tinha amenizado, mas agora ta voltando de novo quase toda semana tem briga aí, agora quinta-feira foi uma briga doida aí, horrível, aí a gente que tem criança né? tem que prender em casa né? cuidar com vizinho mal intencionado, droga esse negócio porque aqui tanto do jornal como da TV que fala quanto de boca de fumo aqui, essa área aqui é boca de fumo, é sério né? olha a senhora precisa ver de nove horas prá frente a senhora passa aí prá senhora ver as pessoas dorme não, é aquele monte e é nessa área todinha, não é só aqui nesse cantinho não, nessa redondeza todinha entendeu? e tudo isso faz medo né mana?ainda mais eu que eu fico sozinha aqui com meus filho, Deus que guarda a gente né? mas é um pouco arriscado né?*

*No momento ser é meio difícil de falar ne são a situação de droga ne eu já resumi nisso aí...isso eu não posso falar que tem muita gente que tá de olho ....então é isso aí ...as crianças vê ...é um livre comércio aí...só uma investigação profunda mesmo porque ta muito liberal ... a qualquer momento.... mas mais de madrugada, noite ich...é tem dia que tá calmo tem dia que tá demais...mais aí... assim de respeito né que as pessoas não sabem ter com o outro não tem aquela...como é que se fala.... a pessoa não sabe fazer... o respeito que a pessoa não tem com a outra...com as crianças principalmente (elas assistem a tudo).*

As colocações parecem evidenciar que para os moradores “pouco há para ser feito” a não ser “aceitar as condições consideradas como qualitativamente representantes de facilidades, em que “assim está bom”, muito mais no sentido de que “poderia ser pior” do que de fato por consistir em algo efetivamente “bom”.

A localidade ocupada, pouco lembra as características originais e pouco se oferece como alojamento adequado ao que se apresenta como estilo de vida com qualidade e saudabilidade. As facilidades encontradas para a condução da vida, não são suficientes para o enfrentamento das inúmeras dificuldades decorrentes das transformações realizadas. Dificuldades estas que são encaradas como inerentes ao processo de ocupação desses espaços, embora ainda não constituído como um verdadeiro lugar de moradia. Este “não-lugar”, ou lugar de passagem nos termos de Auge (2004), serve como abrigo temporário e é reconhecidamente uma estratégia encontrada para se fortalecer economicamente e, quem sabe um dia, poder se mudar de lá, ir para outros lugares e lá se estabelecer de forma mais digna. Para Marc Auge (*ibid*), um não-lugar é aquele que se define como identitário, relacional e histórico, ou seja, é um lugar de passagem. Estar ali é uma condição até que consiga outra melhor, em outro lugar. A falta de investimento na busca de melhoria do meio, tomado aqui no sentido do entorno da habitação, ressignifica e qualifica o não-lugar, pois ao não se apropriar afetivamente do espaço em que vive para considerá-lo seu, se desresponsabiliza pelas ações para sua transformação em um lugar no sentido por Tuan (1983).

Desta maneira, a vida é percebida e definida não somente a partir de processos biológicos, mas incorpora os aspectos afetivos e econômicos e ao mesmo tempo se “pulveriza e hibridiza, se moleculariza e se totaliza” ganhando amplitude em seu sentido mais simbólico de afetar e ser afetada ganhando a potência necessária para efetivar-se (PELBART, 2003, p. 83).

Nesse processo social de constituição de um ambiente de moradia aparecem as dificuldades de morar num lugar de passagem. A transformação do espaço é para um mínimo necessário, e este muitas vezes está longe desse limiar. O esgoto a céu aberto, as enchentes, falta de energia elétrica (é feita através de ligações clandestinas), a falta de lugar para as crianças brincarem, fato este que foi levantado pelo estudo realizado por Cruz (2008), são fatores que não podem passar “despercebidos”. Além dos aspectos físicos, outros aspectos sociais como o uso e a comercialização de drogas, a falta de atenção das autoridades para os problemas vivenciados pelos moradores se tornam elementos que podem comprometer o projeto social planejado. As informações coletadas nas entrevistas mostram o que os moradores entendem como dificuldades e como estas também comprometem as relações sociais presentes na localidade:

*...esgoto, enchente, uma coisa que eu me incomodo... no momento ser é meio difícil de falar né são a situação de droga ne eu já resumi nisso ai..... a criança não pode brincar... olha a gente não tem um... as crianças as vezes querem brincar aqui... ai incomoda o vizinho...o vizinho quer brigar por causa da bola , por causa de um barulho é que as crianças tem que ficar entocada em casa isso que me incomoda as crianças querem brincar e não tem aonde né?... não tem um lazer né? ...também... ai começa a ver essas coisas né?*

*A senhora sabe que em saúde em canto nenhum ta bom, é precário né? transporte outra calamidade, entendeu? o transporte coletivo, mas a gente temos que...não tem prá quem a gente se socorrer, se a gente coloca alguém no comando prá administrar a gente, ele decepciona, então a única esperança que nós temos é só Deus.*

*A dificuldade são a locomoção lá da principal até chegar aqui né, porque se tivesse assim né, por exemplo se a pessoa que derrubar essa casa para fazer outra de alvenaria a dificuldade pra trazer o material é muito grande por isso não tem como trazer....você tem que pagar pessoas pra trazer no carrinho de pouco em pouco, entendeu?.*

*dificuldade aqui... problema da luz vai embora quase todos os dias, e ás vez falta água.é ruim porque transmite muita doença e pra gente sair pra trabalhar, alaga tudo a água entra, alaga tudo. No resto é muito bom fica enxuto é muito bom.*

O fato de estar situado à margem de um igarapé e as problemáticas decorrentes do período de inverno amazônico com alagamento das casas agravado pelo depósito de lixo em suas águas e acarretado pelo entupimento dos bueiros que dão vazão às mesmas. Nessa época proliferam ratos, baratas e cobras o que traz inúmeras preocupações e restrições quanto ao tempo que podem ficar fora de casa. A ausência de saneamento básico é um dos grandes



problemas percebidos na localidade, o esgoto que corre a céu aberto polui os córregos e o igarapé. Em dias quentes, o odor fétido marca o ambiente e é alvo das reclamações dos moradores.

Nos relatos é possível identificar como as pessoas lidam com estas restrições e, o que poderia parecer acomodação diante da situação, expressa uma avaliação adequada dos riscos e o modo como é possível lidar com os mesmos. Diante do inevitável, a chuva e o alagamento, resta-lhes dispor dos recursos que possuem para evitar os danos maiores, pois também os danos fazem parte de uma dinâmica já conhecida e enfrentada várias vezes. Estes aspectos são demonstrados através dos relatos dos moradores como veremos a seguir:

*O tempo da chuva que tem o negócio do igarapé que transborda, a gente fica preocupada. Quando a chuva é forte a casa alaga, a gente levanta as coisa. A geladeira é ruim de levantar quando ele ta sozinho em casa. Não é muito bom morar perto do igarapé, por conta da alagação a gente não tem outro lugar para morar, fazer o que né não tem como pagar aluguel, então é melhor com a igarapé do que sem o igarapé. Só as barata esses bichinhos que vem da água. No resto é muito bom.*

*Isso aí é outra coisa, a gente mora não é porque a gente quer, a gente mora porque é obrigado, a gente, não temos um lugar certo pra gente ir, então o único lugar que a gente encontramos pra gente fazer a casinha da gente se sentir bem, é aqui, entendeu? porque não tem pra onde a gente correr. Quando chove piora. Quando chove é que é pior aí é que é uma tristeza, que alaga tudo e a gente fica sem expectativa de sair, a gente fica preso dentro de casa, alaga as casa da gente. A gente vive porque Deus é que manda e acabou-se.*

*É uma coisa esquisita, porque você tem que sofrer com os dejetos né, às vezes a população joga muito lixo, não tem aquele cheiro, mas quando joga assim da gente entope, aí fica aquele cheiro ruim, mas aí pra onde vai, não tem pra onde ir, então fica lá aí quando vem a chuva alaga, transborda né, aí a gente vê menino entrando no igarapé tomando banho aquela coisa toda... é uma coisa assim que vc pensa .... quando não ta chovendo é assim seco, não alga né, não tem essas coisas... ó ta bem razinho... então é normal... mas no inverno, aí tem se segurar com o que tem, a chuva não avisa quando vai cair... quando cai às vezes pega de surpresa, aí é uma coisa assim que dá medo né, eu tenho medo, porque alaga né e fica muito perigoso, ó tem animal, vem tudo o que não presta que o pessoal jogam .... é gato, cachorro, jacaré, cobra... porque ali tem um igarapé grande mesmo, aí tem casos que as cobra sobe pras casa, quando dá chuva grossa tem cada jacaré grande aí, lagartixa, cobra então.*

*É um pouco assim a minha vontade mesmo era sair daqui desse pedaço aqui né que aqui porque é muito das vezes esse igarapé enche, transborda às vezes falta alagar as casas e aparece cobra e é muito prejudicial a saúde dos meus filhos... pessoal joga lixo aqui e não é bom... mais difícil quando chove que transborda o igarapé – só ficamos aqui dentro de casa, não pode sair daqui porque aqui fica um rio, ninguém pode atravessar pra lá... não pode passar pra cá... quem ta pra cá não pode passar pra lá.*

O modo como as pessoas concebem o ambiente reflete a concepção que têm de si mesmas. Inserem-se em uma parcela da população onde a luta pela sobrevivência se sobrepõe à qualidade de vida em seu sentido mais amplo. Conformam-se de alguma maneira com o que lhes foi possível de obter e consideram que sua condição é desígnio de Deus, assim como as condições lhes são favorecidas por ele. Em vários momentos durante a realização da pesquisa, em visitas à localidade e conversas com os moradores, os mesmos referiam que: “*é assim... Deus é que manda, né mana?*” ou ainda que “*...essa é a vontade de Deus, ele que manda a chuva, a gente tem que se conformar*”. Em grande parte, ocupar espaços “vazios” e fazer deles lugar de moradia, apesar das condições ambientais desfavoráveis, apresenta-se como uma das poucas possibilidades para ter um lugar que seja seu (FISCHER, s/d). Estar próximo de serviços considerados essenciais parece caracterizar mais que uma necessidade, um imperativo para sentir-se parte do macro sistema acessível a poucos e determinado pelo modo de produção dominante.

Morar num ambiente assim constituído se mostra mais como imposição do que escolha. É no balanceamento dessas circunstâncias que essas pessoas se alojam e se posicionam diante da vida. Colocar-se na contramão das adversidades se apresenta como possibilidade apesar de sentirem-se, muitas vezes, impotentes diante das manifestações da natureza e de sua condição na busca dos recursos necessários para as melhorias demandadas. Lançam mão dos recursos disponíveis, criam dispositivos pessoais para o enfrentamento das adversidades para sustentar um projeto futuro de pertencimento a um lugar, a uma sociedade que lhes impõem apenas as sobras dos recursos ambientais.

Essa dinâmica reflete tanto uma compreensão das restrições impostas pelas condições ambientais, quanto o modo como cada morador concebe sua capacidade de enfrentamento e condução da vida possível nesses espaços. Aceita este ambiente como inóspito por não ser capaz de protagonizar as transformações necessárias. Essa sensação de impotência se

materializa num distanciamento do ambiente por não conseguir “se fazer parte” integrante do mesmo. As condições socioambientais encontradas nesses lugares retratam o quanto é imperioso o obscurantismo a que são relegadas as pessoas no sentido do seu não reconhecimento enquanto cidadãos (SANTOS, 2007b). Essas questões retomam o conceito de interdependência entre homem e ambiente, em que as ações de um repercutem no outro, ocasionando mudanças e refletindo nas relações sociais e nos modos de vida (HIGUCHI, 2006; PEREIRA, 2006; SANTOS, 2007a).

É na dinâmica da formação da pessoa que se forma o ambiente num círculo infundável. Vemos, pois que nessa relação pessoa-ambiente, pouco melhora cada um desses elementos. Não há melhoria nas condições físicas e estruturais do ambiente, como não há melhoria das relações sociais que ocorrem no local. E como não há uma ação coletiva para tornar esse ambiente menos precário, também não há uma distinção na paisagem, que além de esquecida do poder público, é deteriorada pelo uso dos recursos que não precisam ser cuidados, esses serão usados apenas temporariamente pelos “passageiros” em vulnerabilidade.

Desta forma, a complexidade das questões socioambientais presentes na localidade e expressas pelos moradores nas entrevistas demonstram as articulações mínimas que são necessárias para seu entendimento e busca de alternativas para dirimir os problemas que abrange várias dimensões e que de alguma forma vai se manifestando nas ações de compromisso com esse ambiente, que será apresentado a seguir.

## **5 COMPROMISSO AMBIENTAL: OS DOIS LADOS DE UMA MESMA QUESTÃO**

O compromisso ambiental constituiu-se na segunda categoria analítica para a compreensão do ethos socioambiental construído pelos participantes da investigação. Neste contexto tomou-se o conceito de compromisso ambiental em sua multidimensionalidade que inclui ações representativas da responsabilidade do homem consigo mesmo, com a coletividade e o meio em que vive. Assim as dimensões: a) física (habitações rústicas, córregos imundos, igarapé poluído, lixo, becos estreitos, adensamento populacional, restrição de espaço); b) social (estilo de vida individualizado, violência, insegurança, falta de recursos e emprego) e c) pessoal (insatisfação, medo, vergonha) são consideradas como mediadoras para o exercício do compromisso na relação pessoa-ambiente que se estabelece nessa localidade.

Longe desse lugar, as convenções ditam normas para a humanidade. O mais evidente é que essas normas são dirigidas principalmente para aqueles que supostamente estão num ambiente que oferece uma plenitude de satisfação e habitabilidade. Os diversos documentos elaborados desde o Clube de Roma atestam para os cuidados necessários na instalação e uso de recursos degradadores do ambiente e chamam à responsabilidade instituições de toda a ordem, governamentais e não governamentais, públicas e privadas. Atinge seu ápice na divulgação do relatório sobre mudanças climáticas do IPCC (2007) e reivindica sua extensão para o âmbito do comportamento individual, entre outros, para a mitigação dos efeitos do aquecimento global sobre o planeta. Deste modo, compromisso ambiental é considerado neste estudo representado pelas ações decorrentes do reconhecimento das limitações da natureza e aplicações de medidas que perpassem o cuidado com a vida e o meio em que ela se desenvolve numa articulação interdependente de responsabilidades individuais e coletivas (BOFF, 1999; LEFF, 2001, 2003; CAMARGO, CAPOBIANCO e OLIVEIRA, 2004).

Como então esse compromisso se manifesta numa localidade cujo arranjo e estrutura carece do mínimo que tais convenções indicam como elementos imprescindíveis no cuidado

do ambiente? Nessa localidade onde se materializa os efeitos do descuido tão temido, como seus ocupantes se posicionam para cuidar da vida a partir das responsabilidades esperadas? Diante desse cenário de vulnerabilidade um curso dinâmico de compromisso ambiental fica aparente. Esse repertório de responsabilidades tem subjacente um complicado processo ético frente às circunstâncias vividas.

Identificamos nesse estudo um conjunto de fenômenos éticos que ficam aparentes para explicar o compromisso (ou falta dele) com o ambiente em que estão inseridos. Propomos então três categorias que emergiram da realidade socioambiental constatada com essas pessoas em situação de vulnerabilidade: a passividade ativa, a passividade suportiva e a passividade cerceada.

### **5.1 Passividade ativa**

A “*passividade ativa*”, é definida como a atitude adotada quando, pelo esgotamento de suas próprias ações, impõem uma ação de um terceiro, seja ele o poder público ou outro morador. Isso ocorre quando os limites da capacidade de suporte do ecossistema são atingidos devido práticas comuns de descaso ou descuido com o ambiente, gerando problemas com os quais não sabem lidar. Nesse caso a ordem pública é solicitada a intervir no sentido de minimizar a situação, como se essa ação fosse inerente à responsabilidade do poder público. A “passividade ativa” constitui-se, dessa maneira, na atitude que imputa ao outro uma mobilização no sentido de minimizar os efeitos de práticas desenvolvidas por si e pelos seus pares de forma gradual e contínua e que em determinado momento eclode num resultado desagradável ou insuportável, sendo que a ação que origina esse estado final não seja necessariamente modificada, o que importa é a resolução do problema que se enfrenta naquele dado momento. Um exemplo é a prática cotidiana dos moradores de jogar o lixo no igarapé. Essa ação provoca o assoreamento e poluição do igarapé, bem como o mau cheiro e o

acúmulo de lixo nas margens que em dias de chuva contribuem para o alagamento e estrago nas casas daqueles que moram próximo:

*O lixo às vezes o pessoal joga no igarapé a gente também né? às vezes quando não, leva lá prá frente para o caminhão do lixo levar... É bem pouquinho daqui que leva o lixo lá prá frente. Não é todo mundo até mesmo as pessoas que moram bem próximo a lixeira... lixo eles jogam para cá e vem a maioria prá cá. Não sei é mais fácil jogar no igarapé ... só pela janela a pessoa joga no igarapé.*

*O lixo ajuda a fazer o alagamento, ajuda. Só quando to limpando na frente de casa aí, eu pego e joga prá fora do igarapé, mas não tem jeito volta tudo de novo.*

*Olha o lixo se acumula, vai se acumulando, só sai, por exemplo... ó no verão no geral esse igarapé vai ficar cheio de lixo quando chegar o inverno é mesmo que uma vassoura, sai limpando tudo vai levando...a água que leva.. só que engata nas ponte, alaga tudo,.. tem que desengatar e aí é só uns pouco pessoal que vai.*

A “passividade ativa” é demonstrada nas ações extremas como o fechamento da rua principal de acesso a localidade para chamar a atenção das autoridades para as condições de vida da população em um momento de grande alagamento do igarapé que resultou em enormes perdas para os moradores, principalmente os que moram mais próximo de suas margens. Assim se refere uma moradora: “*nós já fizemos manifestação na rua já fechamo a rua e fizemo várias coisas e muita gente participou... mas não é constante, não tem uma reunião fixa, entendeu?*” Outra moradora expressa o quanto é efêmera a ajuda dada e o descaso permanente das autoridades a problemas que se cronificam na localidade:

*Enchemo a rua de pneu, como é que diz? só que aí os corpo de bombeiro vieram aqui né? vieram aqui olhar tudo né? mas quando eles vem já ta tudo seco. Eles que não vem quando ta tudo cheio, alagado tudo, eles não vem, só vem na hora que já ta seco, que já ta baixando a chuva, aí é que eles vem e aí o que eles fizeram, trouxeram aí uma cesta básica, prá cada pessoa e um colchão, um colchão que muitos não tem mais porque só agüentou uns diazinho né, sabe como é né? (falando da qualidade do colchão).e é só e as outras enchente, enche seca, leva ponte, leva tudo, mas não tem quem ligue, quem corra atrás de nada.*

A atribuição da responsabilidade a si e aos demais moradores ou ao poder público retrata o quanto estas pessoas se reconhecem ou não como comprometidas pela geração e resolução das problemáticas ambientais vivenciadas. De acordo com Ferrara (1999, p. 122), a descaracterização do espaço público, a restrição ao espaço de moradia, conduzem a “um total esquecimento do ambiente e suas condições enquanto responsabilidade coletiva”. Embora, se perceba certa sensibilização pelos problemas gerados pela má condução, acondicionamento e

dispensa do lixo produzido na localidade são incipientes as atitudes que consideram a coletividade. As ações ficam restritas a umas poucas pessoas que se consideram mais conscientes que outras na análise e atuação em suas práticas de tornarem o ambiente mais adequado à moradia.

*Com o lixo, olha, alguns, alguns aqui eles se encarregam de juntar aqui prá ir lá pro outro lado da pista e jogar na lixeira, mas alguns jogam no igarapé como tu ta vendo aí...tem muito lixo no igarapé... alguns jogam e outros não jogam...uns têm consciência, mas não adianta uma pessoa ter consciência e o resto não ter né?*

*..aí tem pessoas, os moradores para ir encima das pontes desengatando e inclusive o que passar aí, até morto já passou aí também...aí desengata, se reúne aí e saem limpando tudo desde lá de cima até aqui embaixo, aí fica limpo de novo, normal. Só que lá prá frente já não fica mais limpo porque o lixo se acumula lá prá frente, pro conjunto.*

*... de tudo é jogado nesse igarapé e às vezes é jogado no lixo, alguns pegam para reciclar, em vez de jogar ali a gente enche um saco, a gente enche e deixa aí pendurado e eles para reciclagem vêm pegar aqui, alguns são reciclados, mas outros não são. Às vezes leva, às vezes não leva.*

Os trechos abaixo demonstram a quem os moradores atribuem a responsabilidade pela resolução de suas problemáticas mais persistentes, bem como pontuam as expectativas que nutrem em relação à capacitação dos órgãos públicos para execução das estratégias necessárias para esse fim, embora isto não se confirme na efetividade das ações públicas:

*Responsabilidade da prefeitura,.. de todas as autoridades daí...política, contratar mais gente prá tirar aí, botar mais gente prá capinar aí, que só vem capinar aí, não demora muito com uma semana o mato ta grande de novo, aí não adianta nada fazer isso, só capinar, a gente capina aqui na frente, , mas volta de novo que a gente não tem como tirar toda a raiz porque cai a areia, quando vem a chuva leva a areia todinha, aí se preserva a areia prá ficar firme, devia fazer um hip hap por aqui, que nem fizeram por aí nos outros lugar.*

*Responsabilidade, eu acho que é dos governo, dos prefeito né? porque já podiam terem feito um trabalho aqui nesse igarapé,porque olha aí, bem na principal, bem aqui,bem pertinho né, tinha feito um hip hap alguma coisa aí, entrava carro prá carregar lixo, prá levar o lixo é isso que eu acho, não é nós não, é eles.*

*Eu acharia que um pouco também a responsabilidade seria do órgão público porque... prefeitura... isso tá no mapa como feito já, porque aqui ia ter uma rua encima do igarapé, no mapa tá como feito, então eles não apresentaram... tinha um líder, dirigente, que é a S. que foi lá no canteiro de obras para ver como é que tá e disseram que tava concluída essa obra e não podíamos fazer nada... isso aí por parte da prefeitura... eu acho que a culpa na maioria são deles com certeza.*

*Acho que do prefeito né – fizesse um hip hap nesse lugar aqui, achava que ia melhorar bastante, talvez não transbordava mais e acharia que isso ia melhorar – o que resolveria –quando chovesse já não ia alagar as casas, isso prá mim ia ser bom, não só prá mim, mas para a maioria dos moradores.*

Outro aspecto que reforça o que foi exposto anteriormente é a atribuição, por parte de alguns moradores, da responsabilidade pelas práticas efetivas de melhoria na qualidade do ambiente e no destino do lixo aos órgãos públicos, o que parece estar relacionado ao modo como as pessoas concebem o fato de morar naquela localidade em virtude de suas peculiaridades, como foi discutido no capítulo anterior. Significa dizer que, se não ocorreram mais tentativas de remoção dos moradores pelos órgãos públicos, os mesmos entendem que especificamente prefeitura e governo deveriam garantir melhorias na localidade afim de possibilitar maior qualidade de vida aos seus moradores.

A busca por um conceito de qualidade de vida tem possibilitado a discussão e o (re) conhecimento da importância de aspectos como: subjetividade, identidade, valores culturais, uso de espaços públicos e privados, bem estar coletivo e individual, relações sociais. Critérios como satisfação das necessidades básicas, acesso aos bens de consumo, ausência de doença, têm sido questionados como indicadores de “boa” qualidade de vida, posto que está para além de indicadores quantitativos. Alia-se, por conseguinte ao conceito de autonomia, de cidadania e ao direito do sujeito e da coletividade de exercê-las.

Tomando-se como referência o conceito de autonomia, “entende-se que qualidade de vida seja algo intrínseco, só possível de ser avaliado pelo próprio sujeito. Prioriza-se a subjetividade” (SEGRE e FERRAZ, 1997, p. 541). No entanto, para o delineamento de políticas públicas é necessário balizar o conceito em determinados indicadores pré-estabelecidos pelas instituições competentes. Segundo Leff (2001), o conceito adotado pelas instituições é economicista, limitado à avaliação que o custo representa para a produtividade.

Tendo como referência os relatos a seguir, é possível verificar que os moradores reconhecem que individualmente pouco pode ser feito para a sensibilização seja dos setores públicos ou dos próprios moradores acerca de suas problemáticas, ou seja, não se sentem



instrumentalizados suficientemente para propostas mais coletivas, embora refiram que se houvesse alguma iniciativa ajudariam.

*Se a gente pudesse fazer a gente fazia,mas a gente não pode ... o que eu posso fazer? Eu poderia... deixa ver... se eu pegasse os moradores fosse lá para frente e fizesse um protesto né? Quem sabe eles vinham ver né? Mas a gente anda tão desiludido né? O povo, mas de mim mesmo não tenho visão para mudar isso aqui.*

*Só uma andorinha não faz verão né? agora a união faz a força né? a união com os vizinhos né? quem sabe às vezes a gente poderá fazer alguma coisa sim é isso ... eu mesmo não, mas eu poderia ajudar, ir em reuniões , apoiava né? isso aí eu poderia ajudar.*

*Quando dois, três vai e o resto não vai, fica difícil, O pessoal só quer se beneficiar depois que os outros vão atrás, fica difícil né? aqui é assim, as pessoas aqui só pensa assim prá si, diabo pros outros, entendeu? aqui é assim, é serio! Quando um ou dois ajudam e o resto querem acabar com a gente, aí fica difícil.*

Os estudos realizados por Ferrara (1999), em contextos com características semelhantes, mostraram que os moradores “se negam” a protagonizar os seus lugares urbanos o que para a autora explica o pouco ou nenhum envolvimento das pessoas quando são sugeridas mobilizações coletivas para reivindicações ao poder público, bem como a facilidade de responsabilização do governo pelos problemas vivenciados.

*Não, quem deve tomar a iniciativa é o dirigente da comunidade, ele é que deve liderar... não, aqui só tem líder na época da eleição... aí tem... aparece muito líder que a gente não conhece... apareceram bem uns três aí querendo liderar isso aqui para fazer um hip hap agora depois dessa chuva... tentaram tirar nós daqui só que daí o pessoal vai no órgão público e vê que a documentação é falsificada... vai e volta.*

*.. a responsabilidade de modo geral?! de quem?! Desse lugar eu acho que seria o presidente do bairro que se disse presidente que é presidente do bairro do coroadado ate o são José né ?! que fica lá alojado no coroadado e ali ele senta e faz as coisas só pro coroadado e esquece dos outros lugares.*

*É os órgãos prefeitura, estado né?! Ministério público muitas vezes como foi o caso que queriam colocar agente pra fora aqui aí eu peguei fiz uma reunião juntei muitos moradores todos os moradores dessa vez né? Apareceram ai levemos... consegui um microônibus um ônibus aí levemos na prefeitura no ministério público e conseguimos permanecer aqui até hoje graças a deus isso, aconteceu 5 anos atrás.*

*Não tem quem ajude é como eu digo assim é porque não tem uma pessoa que lute pelo bairro, não tem ninguém, porque em todo bairro, tem uma pessoa né que ... prá ir atrás, e aqui não aqui diz que é,mas não adianta, não vai lá fazer nada até porque não quer né? aí é isso, fica difícil por isso porque ...em todo bairro que tem questão social né, que tem umas pessoa, pessoa, que tão precisando que vem,que pede ajuda prá aquela pessoa, mas aqui não tem disso não.Aqui é cada um por si.*

Foi possível verificar que a melhoria nas condições da moradia não reflete melhorias significativas no ambiente se tomado como um todo, a não ser em sua dimensão estética e

mudança de status do morador no grupo social, estes aspectos confirmam estudos realizados por Higuchi (1999; 2003). Também se pode pensar que isto demonstra a necessidade de demarcação individual mais do que uma preocupação com o entorno em seu sentido macro.

## 5.2 Passividade suportiva

Já a segunda categorização de comportamento relativo ao compromisso ambiental, que chamamos aqui de “passividade suportiva” envolve uma diferenciação singular da passividade ativa. Por considerar que acomodação não é explicativa para este tipo de atitude - a passividade suportiva define um movimento de “seguir apesar de”, o que significa dizer que ao não encontrarem recursos adequados ao enfrentamento de uma situação socioambiental problemática, vão “agüentando” “aprendendo a conviver” mesmo que a situação lhes traga grandes preocupações. Um exemplo desse tipo de comportamento é o caso de uma moradora ao referir sua impotência diante do comércio e uso de drogas na frente de seus filhos *“para quem não gosta disso mesmo tem que aprender a gostar de certa forma né? aprender a conviver né? Na verdade que a gente tem família né? é difícil”*.

Verificou-se através da observação e das entrevistas, atitudes individuais que preconizam ações mais coletivas, no entanto na maioria das vezes cada um conduz sua vida a seu modo e tentando preservar seu espaço, sem considerar a interrelação com o todo. As tentativas de esclarecimento e até mesmo de chamada de atenção para atitudes consideradas inadequadas são, interpretadas também inadequadamente e não resultam em mudança de comportamento. Dessa forma, constatou-se que os moradores adotam posturas mais individualizadas no sentido de “fazer a sua parte” mais do que ampliar suas práticas para ações mais coletivas.

*...agora a gente nem fala mais porque ainda acham que é a gente que tá errado... e eu não quero confusão... tem de tudo aí nesse igarapé, fogão, lavadora, estofado, até gente morta já desceu por aí.*

*...se a gente for reclamar a gente passa por ruim, vizinha ruim, faladeira, por isso que às vezes eu até evito de falar, prefiro empurrar.*

*...eu chamo de sebosa, preguiçosa, até eu passo e digo deixa o lixo aí que eu vou pegar prá levar. Porque se todo mundo jogasse na lixeira seria menos pior do mesmo jeito que se todo mundo jogasse no rio seria mais pior.*

A forma como as pessoas constroem seus modos de vida estão relacionados com o quanto se sentem envolvidas nos processos de apreensão da realidade em seus aspectos físicos e simbólicos e de como se percebem constituídos de capacidade de intervir na mesma para transformá-la. O compromisso ambiental tem relação fundamental com estes aspectos e se manifesta de acordo com a compreensão dos sujeitos acerca da sua responsabilidade consigo e o meio físico e social. Portanto, enquanto necessidades básicas e vitais não são atendidas outras necessidades irão carecer de satisfação dentre elas a necessidade de assumir a responsabilidade por suas atitudes individuais frente ao meio e como estas repercutem nas suas relações como um todo.

Nessa localidade, o sentido de alteridade e de solidariedade é verificado quando ocorrem situações pontuais como a queda de uma ponte, por exemplo, como é citado por um dos moradores:

*Ah! quando cai uma ponte o pessoal mesmo da comunidade se reúne, quando alguém não pode pagar, escolhe um para pagar que faz isso, todo mundo é unido aqui, quando um não pode se toma a frente daquele que não pode.*

No entanto, na maioria das situações são apenas os moradores que utilizam as pontes para a travessia na localidade que procedem ao seu conserto dentro dos recursos que lhes são possíveis, como verifica-se nos seguintes trechos:

*quando cai a gente fica passando assim por cima dos pau, enquanto levanta a ponte, é os home, é como aqui, quem levanta, porque essa ponte aí é minha e dele né? desse rapaz que é marido da F. é ele que levanta com um filho meu que ajuda é eles que levanta.*

*...às vezes é as pessoas que passam por aí, eles tem que passar mesmo, eles é que dão uma ajeitada aí – não acontece nada de diferente – ta vendo aqui, eu mandei botar essa cerca velha porque eu não gosto já tavam querendo passar aqui, aqui não é passagem, a passagem é por lá, outra é por ali, não me dou com isso e eu mandei fazer isso aí, falta até terminar.*

*Só o meu vizinho mesmo né? que é só a gente que usa a ponte aqui do outro lado, tinha um aí do lado aí que só fazia olhar prá gente quando a gente tava fazendo, que usava a ponte aí, mas não ajudava nada, só querem vê pronta as coisas, ela deve ter falado aí, por isso que ela fechou aí, o cara aí não ajudou.*

O entendimento de que o compromisso ambiental comporta noções de reconhecimento da interrelação entre as atitudes e sua repercussão no cuidado e atenção ao ambiente, não somente na dimensão pessoal, mas especialmente na consideração de seu efeito social, mostra a longa distância a ser percorrida para a concretização das ações coletivas na implementação de estratégias que, de fato, demonstrem esse compromisso em toda a sua complexidade.

Seria possível considerar como explicativo para esta conduta, o conceito de “tolerância repressiva” proposto por Marcuse (1979), que está fundamentada nos artifícios usados para impedir a liberdade de expressão e de mobilização cidadã característicos de um sistema opressor e injusto. Portanto não se pode tomar passividade como similar de tolerância, visto que esta última segundo Marcuse é sempre libertadora da violência e da opressão e tem necessariamente uma dimensão política pautada no respeito à diversidade. Diante disso, no entanto, entende-se que nas situações analisadas a partir dos relatos dos moradores, a atitude adotada e nominada como “passividade suportiva” está mais relacionada com uma escolha de aparente aceitação mesmo com indignação, feita pelo sujeito, diante de uma determinada situação, do que imposta pelas articulações do modo de produção vigente e das leis que o regem.

Este modo de conceber o compromisso ou de pontuar a falta dele é resultante do não reconhecimento de uma ação cidadã. Os moradores sentem-se impotentes para gerar estratégias de intervenção e resolução de seus problemas enquanto coletividade (SANTOS, 2007a; 2007b). O fato de não existir um líder comunitário é citado por eles como indicativo da não realização de ações mais efetivas que demonstrem o compromisso ambiental. Este aspecto é referido pelos moradores em momentos distintos, de tentativas de organização comunitária onde a participação da maioria não acontece e isto é percebido como impeditivo para mobilização dos órgãos públicos na busca de soluções mais contundentes e não somente em situações emergenciais. Desta forma, entendem que o jeito é aceitar as situações e ir

tocando as suas vidas, pois nada podem fazer para modificá-las por não se reconhecerem com autonomia e direito de exercê-la.

### **5.3 Passividade cerceada**

A terceira categoria de comportamento em relação ao compromisso ambiental identificada entre os moradores, a qual denominamos de “passividade cerceada”, refere-se a atitude de restrição frente as ações dos traficantes e as promessas feitas pelos políticos em tempos de eleição sobre o ambiente vulnerável em que vivem. Dito de outra forma, esta categoria é explicativa da postura cerceada frente o recebimento de uma ajuda “real” dada pelo traficante em momentos de intensa dificuldade como no caso de uma doença de um membro da família. Também existe esse comportamento que emerge diante do cerceamento produzido nas buscas de resolução de problemas com os políticos, que ao contrário do traficante, o político imobiliza o morador com suas “supostas” ajudas se obtiverem o sucesso na votação.

No entanto, existe uma diferença entre estas duas situações, pois quando se trata dos traficantes, estes não gostariam de obter a ajuda, mas eles resolvem um problema, uma necessidade premente, isto é, “fazem algo de bom”. Obviamente essa benesse tem um preço, um cerceamento de suas condutas em relação ao tráfico na localidade. Por outro lado, eles sabem que deveriam ter essa ajuda do poder público, mas raramente são contemplados. Assim, com os políticos eles participam do circo da “petição”, sabem que esta é a responsabilidade do político, mas sabem de antemão que as promessas não são cumpridas pelos maus políticos, que são a maioria. Se sentem cerceados, pois não conseguem se rebelar diante dessa situação, uma vez que este político, se eleito poderá fazer algo que os prejudique, por exemplo, retirá-los da área.

O termo que qualifica essa passividade “cerceada” é definido como restrito a uma determinada situação que o impede de agir de outra forma para resolução da questão.

Significa dizer que em ambos os casos ele adota uma passividade restrita pelo que recebe ou que espera receber. Cabe esclarecer que se o Estado exercesse a sua função na prestação dos serviços essenciais e não somente os colocasse em promessa de execução, os moradores teriam outras possibilidades de solucionar as problemáticas que os colocam impotentes diante das ofertas dos traficantes. Ainda é possível pensar que o cerceamento se dá para impedir o exercício da cidadania na busca de fazer valer seus direitos como qualquer cidadão. O que parece acontecer aqui, não é a inexistência de uma ação, pelo contrário a passividade se reveste com esta característica, porém restrita às demandas de seus algozes.

Mais uma vez o compromisso pró ambiental não se instala, pois os moradores não se sentem protagonistas das ações que resultariam na sua evidência e aplicação tendo como objetivo a coletividade. Em tempos de eleição aparecem candidatos aos diferentes cargos políticos e prometem muito mais do que conseguem cumprir, pois passada a eleição a situação não se altera a não ser em aspectos bem específicos como, por exemplo, a cobertura de asfalto em alguns dos becos como é o caso do Beco Jesus Salvador.

*A gente fica ali...esperando por eles, até mesmo porque quando eles querem voto da gente, a gente vota, a gente confia neles e então aqui não foi feito nada, a não ser um asfaltozinho que foi jogado aí. Melhoraria mesmo não vi nenhuma, fez foi piorar. Tem eleição que eles nem aparece aqui.*

*Aqui ninguém tem ajuda de poder público nenhum...nunca apareceu praticamente ninguém...só em época de eleição e assim nem em época de eleição apareceu, nas outras vez tinham uns candidato que aparecia, ajeitava o igarapé, cavava um pouco o igarapé e tudo mais, mas nem isso esse ano, entendeu? aí a gente fica esperando pelo poder público, a boa vontade do poder público chegar por essa área, se espera que um dia chegue.*

*Ah! chega aqui dizendo que vai fazer e acontecer, que vai mandar ajeitar o igarapé, vai dar madeira prá ajeitar as casa, mas quando? A gente vota e nada.*

*Eu já to desacreditado desses político, é tempo de eleição eles aparece e os outros ano? Só na próxima eleição, e tem gente que ainda acredita. Se tudo o que eles prometeram tivesse sido feito isto aqui era um paraíso, é a pura verdade. Tá é uma sacanagem esse negócio de política, a gente só pode esperar em Deus mesmo só ele.*

Esses aspectos parecem demonstrar, como apresentado anteriormente, mais do que simplesmente uma postura de espera e não alcance dos propósitos por esta população, refletem para, além disso, um sentimento de desesperança de poder contar com alguém que

lhes possibilite alcançar seus objetivos. Essas pessoas não se percebem com força suficiente para mudar o rumo das situações que poderiam ser melhor encaminhadas, se houvesse uma organização coletiva para a geração de alternativas conjuntas de resolução das problemáticas através da busca dos órgãos públicos responsáveis pelos serviços – saneamento básico, energia elétrica, distribuição da água, coleta de lixo, segurança, entre outros.

Outra situação que mostra a “passividade cerceada” é verificada quando os moradores se referem à ação policial na localidade, com relação ao comércio e uso de drogas, não reconhecem na polícia a função de garantir seus direitos à segurança. Novamente entendem que não têm a força necessária para enfrentamento deste problema e se sentem mais expostos aos perigos decorrentes da violência que acompanha esta prática que vem aumentando na localidade e já se instala como um requisito de controle dos moradores. Dois aspectos são indicadores para justificar essa atitude: a ação intimidadora como refere uma moradora “*eles sabem quem eu sou*”, e a oferta de recursos (principalmente financeiros) em momentos de grande dificuldade como cita outro morador “*até já me ajudaram aí quando eu tive um problema de doença*”. Nos trechos abaixo isto é verificado mais claramente quando os moradores referem que:

*Aqui praticamente num raio de 300m são dez boca de fumo em atividade 24h... outra coisa eu vou deixar resistrado aqui se essa entrevista minha tem assim alguma coisa assim prá acrescentar no nosso dia a dia que eu já fiz denúncia duas vezes no 147 nada, não tivemos retorno de nada, e outra coisa muito mais grave que eu fiz essa denúncia diretamente ao comando geral inté agora nada, as autoridade não aparece, já fiz ao 147 pegaram todos os dados tinha assim tal local como é que , característica e tal como é que ... parece que essas denúncia não são repassada ou praticamente se faz vista grossa, eu não sei. Aí a gente fica a mercê da ....desse tipo de gente....a comunidade...aqui é 24h...é dia, meio dia, dia de semana, dia de domingo, segunda terça quarta quinta é assim, não tem vergonha.*

*Droga é aqui, ali na frente, todo horário, toda hora... em todo canto aqui eles procuram fazer em todo canto mais consome...fica abafado... violência, bastante violência, briga, tiroteiro, bem aqui na frente de casa já teve muita violência... é assim, às vezes é liderança... se alguém quer se manter vivo aqui dentro a pessoa tem que respeitar principalmente eles, principalmente eles, se manter firme aqui dentro tem que respeitar primeiro eles, fazer de conta que não ta vendo nada, não sabe... se chegar alguma autoridade perguntar: ah! não vi... pronto. Acabou.*

*As pessoas já fez denúncia (referindo-se ao problema das drogas), mas não entra eles mesmo tem medo eu acho sei lá (referindo-se a polícia). É difícil prá entrar. Algumas são de fora e outra são do bairro mesmo. São poucos, mas influencia*

*muito. Influencia muito fica aquela amizade e não quer denunciar né? para quem não gosta disso mesmo tem que aprender a gostar de certa forma né? aprender a conviver né? Na verdade que a gente tem família né? é difícil. não tenho medo não, mas eu deixo a vida deles para lá e eu cuido da minha né? cada um vive como pode, mas influencia muito as crianças né? tem a visibilidade, acaba se acostumando com aquela rotina.*

*Então eles sentem vontade de ajudar as pessoas, mesmo sendo errado, mas tem pessoas aqui dentro que não se interessam por nada. “ó embora dá uma limpada na beira desse igarapé dali tudo certinho, tudo é limpo por eles mesmo ou eles pagam as pessoas prá limparem, mas daqui prá ali ninguém se interessa... meter a mão no bolso, tirar um real, “pega aí prá limpar o igarapé, ninguém”. Eles tem vontade de mudar esse igarapé, mas os outros não, entendeu?*

As três categorias apresentadas constituem as formas encontradas pelas pessoas para lidarem com as questões que se apresentam na localidade, sejam elas ambientais ou sociais e assim se constitui o que entendemos por “ethos”, pois mostram suas crenças, valores e aspirações construídas a partir da sua construção do ambiente e das suas relações com os demais moradores. As atitudes manifestadas são representativas de como entendem o compromisso ambiental (ou a falta dele), bem como do que é necessário para exercê-lo quando as condições de um modo geral lhes são desfavoráveis.

O compromisso ambiental requer a tomada de consciência de que as atitudes individuais têm repercussões coletivas e vice-versa, pois concretiza através da prática a interdependência entre pessoa-meio ambiente. Reconhecer-se protagonista tanto na geração dos problemas quanto no desenvolvimento de alternativas para sua solução decorre antes da resolução de questões mais primárias que dizem respeito às condições para manutenção da vida como um todo, ou seja, do direito à moradia, acesso a serviços públicos de qualidade, emprego e renda mínima considerados como princípios de formação e atuação dos indivíduos em sociedade, bem como da sua validação enquanto cidadão de exercer plenamente não somente seus deveres, mas também requerer seus direitos (MARCUSE, 1979; SANTOS, 2000; MORIN, 2001; PEREIRA, 2006).

Os moradores referem que a falta de consciência acerca das questões que circundam a problemática ambiental é imperativa para que as pessoas prossigam em suas ações depredatórias. De acordo com os moradores “*falta é consciência de que o prejuízo não é só*



*dele, é de tudo nós, os problema é prá todo*”; “ *Se os pessoal tivesse consciência com o meio ambiental, acho que era diferente né?*” Somente a disponibilidade de informação acerca dos efeitos da ação humana não é suficiente para uma mudança de atitude, para Leff (2006), é necessário uma nova racionalidade que institua modos diferentes na condução da relação com o ambiente.

Essas questões parecem atualizar o que Marcuse (1979, p. 30), levantou acerca dos setores mais desenvolvidos dessa civilização, para ele, os controles sociais foram introjetados a ponto de afetar em suas raízes até mesmo um protesto individual. “A negativa intelectual e emocional de prosseguir parece neurótica e impotente”. Segundo o autor, isto se configura como “o aspecto sócio-psicológico do acontecimento político que marca o período contemporâneo: o desaparecimento das forças históricas que, na fase anterior da sociedade industrial, pareceu representarem a possibilidade de novas formas de existência”.

As ações encontradas repercutem um compromisso ambiental peculiar dos moradores, baseado nas vivências que compõem um repertório que à primeira vista é confuso, mas refletem as experiências obtidas a partir das relações com as outras pessoas e o próprio ambiente.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um trabalho de investigação se dá em um continuum, visto que ao apreendermos alguns aspectos da realidade, surgem outros que instigam o desejo de prosseguir por novas veredas, na busca de maior compreensão da relação pessoa-ambiente. Assim, chegamos à finalização deste trabalho com novos desafios, mais do que com verdades ou determinações conclusivas.

As questões ambientais têm se apresentado como um dos maiores desafios a serem enfrentados neste século, pois remontam a antigos modos de conceber a vida planetária e demandam novas posturas para a sua continuidade. A globalização do sistema capitalista instalou uma crise civilizatória pela ampliação de modos de consumo de bens e serviços com pouca ou nenhuma preocupação com o meio em que as populações vivem. Desta forma, o modo como tratarmos essas questões é decisivo para as gerações futuras terem a garantia de um lugar para viver com qualidade e dignidade.

Os modos de conceber o ambiente, encontrados por este estudo, como desprovido de condições mínimas de moradia e infra-estrutura, estão intimamente relacionados com o modo como as pessoas percebem a si, estabelecem as suas relações sociais e desenvolvem ações que demonstram o compromisso ambiental da população. Atravessados pelas (im) possibilidades de desenvolverem um funcionamento comunitário, verificadas nas tentativas frustradas de formação de grupos para atuar no estreitamento das relações e exercer sua cidadania, sentem-se impotentes e desprovidos dos recursos necessários para a mitigação de suas dificuldades.

Os moradores, especialmente os que moram na margem direita do igarapé, concebem este espaço como um não-lugar, um lugar de passagem. Estão ali até que tenham a oportunidade de sair para outro que lhes ofereça melhores condições, isto evidencia o pouco compromisso com a localidade na busca de solução para os problemas socioambientais mais prementes.

As ações que representam algum tipo de compromisso ambiental coletivizado estão restritas a umas poucas pessoas e não repercutem significativamente na melhoria das condições socioambientais na localidade. Estão presentes ações que visam melhorias individualizadas, seja na reforma da moradia, seja na construção de uma ponte (separada das demais) que lhe dá acesso, e não constituem uma preocupação com a coletividade.

Foram identificadas três categorias que expressam o comportamento dos moradores quanto ao compromisso com o ambiente, tomado em suas dimensões física, pessoal e social: passividade ativa, passividade suportiva e passividade cerceada. Categorias estas que contemplam um conjunto de atitudes adotadas para o enfrentamento das problemáticas e evidenciam os aspectos de vulnerabilidade em que estão inseridos.

A coletividade somente se manifesta em situações emergenciais e não constitui uma prática incluída no modo cotidiano de lidar com as diversas situações que se apresentam. A sociabilidade é restrita aos vizinhos mais próximos, bem como as possibilidades de compartilhamento das estratégias de ação.

O poder público é concebido como dotado dos recursos para instalar melhorias na localidade, porém para os moradores não é capaz de reconhecer suas necessidades e atuar sobre elas a fim de satisfazê-las. Isto é reforçado pela pouca ou nenhuma organização comunitária que reivindique o cumprimento das promessas feitas e não cumpridas, que acontece a partir de um jogo perverso instituído para a imobilização politizada das maiorias populacionais. Uma polis que aprisiona o sujeito com migalhas que não o alimentam, mas o fazem refém de seus algozes.

O ethos socioambiental se constrói a partir dessas interações e se manifesta de diferentes maneiras permeando o modo como as pessoas agem sobre o ambiente e lidam com suas relações sociais. Por vezes manifesta-se perverso, quando conhece a necessidade e pouco faz para mitigá-la. Seduz e aprisiona tanto quanto é seduzido e aprisionado pelas experiências

a que é submetido nas suas relações dentro (com os traficantes) e fora (com os políticos) da localidade. Isto implica dizer que no primeiro caso, silenciar também tem um preço (ajuda financeira) e no segundo a promessa (do voto) também não é cumprida. Por vezes depredatório, que reproduz ações apesar das dificuldades resultantes destas. Sabem que a dispensa do lixo no igarapé traz inúmeros problemas a si, aos demais e ao ambiente como um todo, porém insistem nesta prática. E por último manifesta-se difamatório, quando referem o modo como são percebidos pelos de fora da localidade, “invasores”, “pessoas de má índole”, “pessoas de conduta reprovável”. A crença de que são vistos dessa maneira os faz acreditar que pouco ou nada lhes resta a não ser prosseguir até que a situação melhore. Essas manifestações do ethos podem conduzir a um entendimento somente das características negativas atribuídas a essa população, no entanto se pode pensar que são decorrentes da situação de vulnerabilidade em que se encontram.

Os moradores demonstram uma aparente impotência diante da grandeza de suas problemáticas e falta de organização, no entanto são sobreviventes em um sistema cada vez mais restrito e de poucas possibilidades. As condições de vida a que estão expostas estas pessoas não constituem indicadores para a construção de um pacto ético coletivo, muito menos o desenvolvimento de crenças e aspirações condizentes com o momento civilizatório que atravessamos. O pouco compromisso no cuidado com a vida e o meio em que ela se desenvolve, reflete o conjunto de crenças e aspirações dos moradores em suas diferentes dimensões e suas atitudes são o reflexo do que acreditam e esperam. Assim o ethos construído pelos moradores está permeado do desejo de se constituir diferente do que é, e merecedor dos recursos que são destinados a poucos. Um ethos que se constrói na luta pela sobrevivência onde os direitos de cidadania são restritos e restringidos por quem deveria desenvolvê-los. As poucas oportunidades de formação formal são destinadas aos filhos para que não repitam mais tarde a história de seus pais. Para além das questões ambientais e das formas de compromisso

ambiental apresentadas pelos moradores, está um grito por dias e condições melhores. Uma postura de espera e descrença de que as situações de fato se resolvam e pouco se sentem comprometidos pela sua implementação. Um ethos que se manifesta também na esperança de dias melhores, que delinea as relações sociais e que compartilha mais as necessidades do que sua satisfação. Um ethos socioambiental que carece da legitimação ética do direito à vida com dignidade e um exercício pleno de cidadania.

## REFERÊNCIAS

ALVES, D. A. A Formação da Identidade Social do Adolescente Numa Situação de Vulnerabilidade Ambiental. *Relatório de Iniciação Científica*. PNOPG/CNPq/ULBRA, 2004.

ALVES, H.P. da F. *Vulnerabilidade socioambiental na metrópole paulistana: uma análise sociodemográfica das situações de sobreposição espacial de problemas e riscos sociais e ambientais*. Disponível em [www.centrodametropole.org.br/seminarios/4Artigo\\_Humberto\\_Alves\\_vulnerabilidade\\_socioambiental.pdf](http://www.centrodametropole.org.br/seminarios/4Artigo_Humberto_Alves_vulnerabilidade_socioambiental.pdf). Acesso em: 08/04/08.

AYRES J.R.C.M, FRANÇA JUNIOR I, CALAZANS G, SALLETI H. Vulnerabilidade e prevenção em tempos de Aids. In: BARBOSA R.; PARKER R, (Orgs). *Sexualidade pelo avesso: direitos, identidades e poder*. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 1999.

AYRES, J.R.de C.M. et al. O Conceito de Vulnerabilidade e as Práticas de Saúde: novas perspectivas e desafios. In: CZERESNIA, Dina (Org). *Promoção da Saúde: conceitos, reflexões, tendência*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003.

AUGE, Marc. Não Lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade. 4. Ed. Campinas, SP: Papirus., 2004

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. 3. ed. Edições 70: Lisboa, 2004.

BAUER, M. W. ; GASKELL, G. *Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som. Um manual prático*. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BOFF, L. *Ethos Mundial*. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

CAMARGO, A.; CAPOBIANO, J.P.R.; OLIVEIRA, J.A.P.(Orgs). *Meio Ambiente Brasil – avanços e obstáculos pós-Rio-92*. 2 ed., rev. São Paulo: Estação Liberdade: Instituto Socioambiental. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

CARVALHO, I.C.de M.A. Questão Ambiental e a Emergência de um Campo de Ação Político-Pedagógica. In: LOUREIRO, C.F.B.; LAYRARGUES, P.P.; CASTRO, R.S. de. (Orgs). *Sociedade e Meio Ambiente – a educação ambiental em debate*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

CASTEL, R. A Discriminação Negativa. Cidadãos ou autóctones? Tradução de Francisco Morás. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CASTRO, C.E. & MARQUES, A.R. *Espaço, um Conceito Histórico: Desdobramentos da Evolução do Pensamento da Escola Alemã à Década de 1950*. Disponível em [www.outrostempos.uema.br/INSS 1808-8031,volume02,p.81-87](http://www.outrostempos.uema.br/INSS%201808-8031,volume02,p.81-87). Acesso em 10/11/08.

CRUZ, P. G. O Adolescente no Espaço: Um Estudo da densidade e a Relação da Identidade Social do Adolescente. *Relatório bolsista AT*. PNOPG/CNPq/ULBRA, 2004

\_\_\_\_\_. A Criança num Ambiente Urbano Densamente Povoado: Aspectos de Restrição e Uso do Espaço. *Dissertação de Mestrado*. UFAM, 2008.

FERRARA, L.D'A. *Olhar Periférico*. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

FISCHER, G-N. *Psicologia Social do Ambiente*. Instituto Piaget: Lisboa, s/d.

FOLADORI, G. & TOMASINO, H. El Concepto de desarrollo sustentable treinta años después. In: *Desenvolvimento e Meio Ambiente: teoria e metodologia em meio ambiente e desenvolvimento*. Curitiba, PR: Editora da UFPR, n 1, 2000.

GARDNER, G. O. Desafio de Joanesburgo: Criar um Mundo Mais Seguro. In: *Estado do Mundo*, 2002.

GODOY, P. *Uma Reflexão Sobre a Produção do Espaço*. Disponível em [www.rc.unesp.br/igce/grad/geografia/revista.html](http://www.rc.unesp.br/igce/grad/geografia/revista.html). Acesso em: 10/11/08.

GOMES, R.A. Análise de Dados em Pesquisa Qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Sousa et al. *Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade*. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

GONZÁLEZ REY, F.L. *Pesquisa em Psicologia: caminhos e desafios*. Tradução: Marcel Aristides Ferrada Silva. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

GOOGLE EARTH. [www.googleearth.com](http://www.googleearth.com). Acesso em: 10/07/08.

GRANDO, S. *Ambientes da Democracia Ambiental – Protocolo de Quioto – Mecanismo de Desenvolvimento Limpo*. 2 ed. rev. e ampl. Florianópolis: Insular, 2007.

GUATTARI, F. *As Três Ecologias*. Campinas, SP: Papirus, 1990.

HIGUCHI, M. I. G. House, Street, Bairro and Mata: Ideas of Place and Space in an Urban Location in Brazil. *Tese de Doutorado*. Inglaterra: Brunel University, 1999.

\_\_\_\_\_. *Psicologia Ambiental: Uma introdução às definições, histórico e campos de estudo e pesquisa*. *Cadernos Universitários*. Canoas: ULBRA, 2002.

\_\_\_\_\_. A sociabilidade da estrutura espacial da casa: Processo histórico de diferenciação social por meio e através da habitação. *Revista de Ciências Humanas*. Florianópolis: EDUFSC, Nº. 33, p. 49-70, abril de 2003.

HIGUCHI, M. I. G. *Apropriação Social e Comprometimento Ecológico*. Mimeo. Manaus, 2006.

HIGUCHI, M.I. G; LEMOS, S.M; SANTOS, C.H; MENINI A. C; BRASIL, F.C. Adolescentes, Saúde e Meio Ambiente. *Relatório de pesquisa* CEULM/ULBRA, 2006.

HOGAN, D. J. A relação entre população e ambiente: desafios para a demografia. In: TORRES, H. & COSTA, H. (orgs). *População e Meio Ambiente: debates e desafios*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.

INGOLD, Tim. Building, Dwelling, Living. In M. Strathern (ed.) *Shifting Contexts*. London: Routledge, 1995.

LEFEBVRE, H. *A Revolução Urbana – tradução de Sérgio Martins*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LEFF, H. *Saber Ambiental. Sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

LEFF, H. (Coord). *A Complexidade Ambiental*: Tradução de Eliete Wolff. São Paulo: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_. *Epistemologia Ambiental*; Tradução de Sandra Valenzuela; Revisão Técnica de Paulo Freire Vieira. 4ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LIMA, M. L. Viver em Situação de Risco: Abordagens da Psicologia Social Ambiental. *Inforgo*, N° 9-10.p. 39-54. Lisboa, 1995.

LUMMERTZ, J.G.; LEMOS, S.M.; HIGUCHI, M.I.G.; SCHWEIKARDT, J.C.; GUTIERREZ, D. M.D.; ALVES, D.M.A.; CARVALHO, J.M.H. de; CRUZ, P. de G. Saúde Integral da Família em Situação de Risco Socioambiental na Periferia de Manaus. *Relatório de Pesquisa ULBRA/CNPq/PNOG*, 2004.

MALINOWSKI, B. “*Objeto, Método e Alcance desta Pesquisa*”. *Desvendando Máscaras Sociais*. Rio de Janeiro: Ed. Livraria Francisco Alves, 1975.

MARANDOLA, E.JR. & HOGAN, D.J. *Vulnerabilidades e Riscos: entre Geografia e Demografia*, Disponível em [www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev\\_inf/vol22\\_n1\\_2005/vol22\\_n1\\_2005\\_4artigo\\_p29a54.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol22_n1_2005/vol22_n1_2005_4artigo_p29a54.pdf). Consulta em 14/04/08.

MARCUSE, H. *A Ideologia da Sociedade Industrial. O Homem Unidirecional*. 5 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

MINAYO, M. C. de S et al. *Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade*. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MINAYO, M. C. de S. *O Desafio do Conhecimento. Pesquisa Qualitativa em Saúde*. 7. ed. São Paulo: Hucitec. Rio de Janeiro: Abrasco, 2000.

MOREIRA, D. A. *O Método Fenomenológico na Pesquisa*. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2004.

NETO, O. C. O trabalho de Campo como Descoberta e Criação. In: MINAYO, Maria Cecília de Sousa et al. *Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade*. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MAGNANI, J. G. C. Quando o Campo é a Cidade: fazendo antropologia na metrópole. In: MAGNANI, J.G.C. & TORRES, L.L. (Orgs). *Na Metrópole: textos de antropologia urbana*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP, 2000.

MORIN, E.; KERN, A.B. *Terra-Pátria*. 2. ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

MORIN, E; CYRULNIK, B. *Diálogo sobre a Natureza Humana*. Lisboa: Instituto Piaget, 2004.

MORIN, E. *Ciência com Consciência*. Tradução de Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.



- PALMA, A.; MATTOS, U. A. de O. Contribuições da ciência pós-normal à saúde pública e a questão da vulnerabilidade social. *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, vol. VIII(3): 567-90, set.-dez. 2001.
- PELBART, P. P. *Vida capital*. São Paulo: Editora Iluminuras Ltda., 2003.
- PEREIRA, P. A. P. *Necessidades Humanas. Subsídios à crítica dos mínimos sociais*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- PINTO, M.A.de B. & FERREIRA, Y.N. *De Volta à Natureza: Condomínios Horizontais Fechados e a Valorização do “Verde”*. Disponível em [www.anpps.org/encontro4/cd/gt11.html](http://www.anpps.org/encontro4/cd/gt11.html). Acesso em 12/10/08.
- REIS-ALVES, L.A. dos. *O Conceito de Lugar*. Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp432.asp> Acesso em 13/01/2009.
- REY, G. *Pesquisa Qualitativa em Psicologia: caminhos e desafios*. Tradução de Marcel Aristides Ferrada Silva. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.
- RELATÓRIO IPCC 2007. Disponível em [http://www.natbrasil.org.br/Docs/ipcc\\_2007.pdf](http://www.natbrasil.org.br/Docs/ipcc_2007.pdf). Acesso em: 20/10/07.
- SÁNCHEZ, A.I.M. & BERTOLOZZI, M.R. *Pode o Conceito de Vulnerabilidade apoiar a construção do conhecimento em Saúde Coletiva?*. Disponível em [www.scielosp.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232007000200007&lng=pt](http://www.scielosp.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232007000200007&lng=pt). Acesso em: 14/04/08.
- SANTOS, C.H. A Concepção de Família para os Adolescentes de uma Ocupação em Manaus. *Trabalho de Conclusão de Curso de Psicologia*. CEULM/ULBRA, 2005.
- SANTOS, M. *Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- \_\_\_\_\_. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Pensando o Espaço do Homem*. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007a.
- \_\_\_\_\_. *O Espaço do Cidadão*. 7. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007 b.
- SAWAIA, B.(Org). *As Artimanhas da Exclusão: análise Psicossocial e ética da Desigualdade Social*. 8 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- SEGRE, M. & FERRAZ, F. C. *O Conceito de Saúde*. Revista Saúde Pública, 31 (5): 538-42, 1997.
- SILVANO, F. *Antropologia do Espaço*. Oeiras, Portugal: Celta Editora, 2001.
- STAHEL, A. W. Capitalismo e entropia: os aspectos ideológicos de uma contradição e a busca de alternativas sustentáveis. In: CAVALCANTI, C. (Org). *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez, 1995.

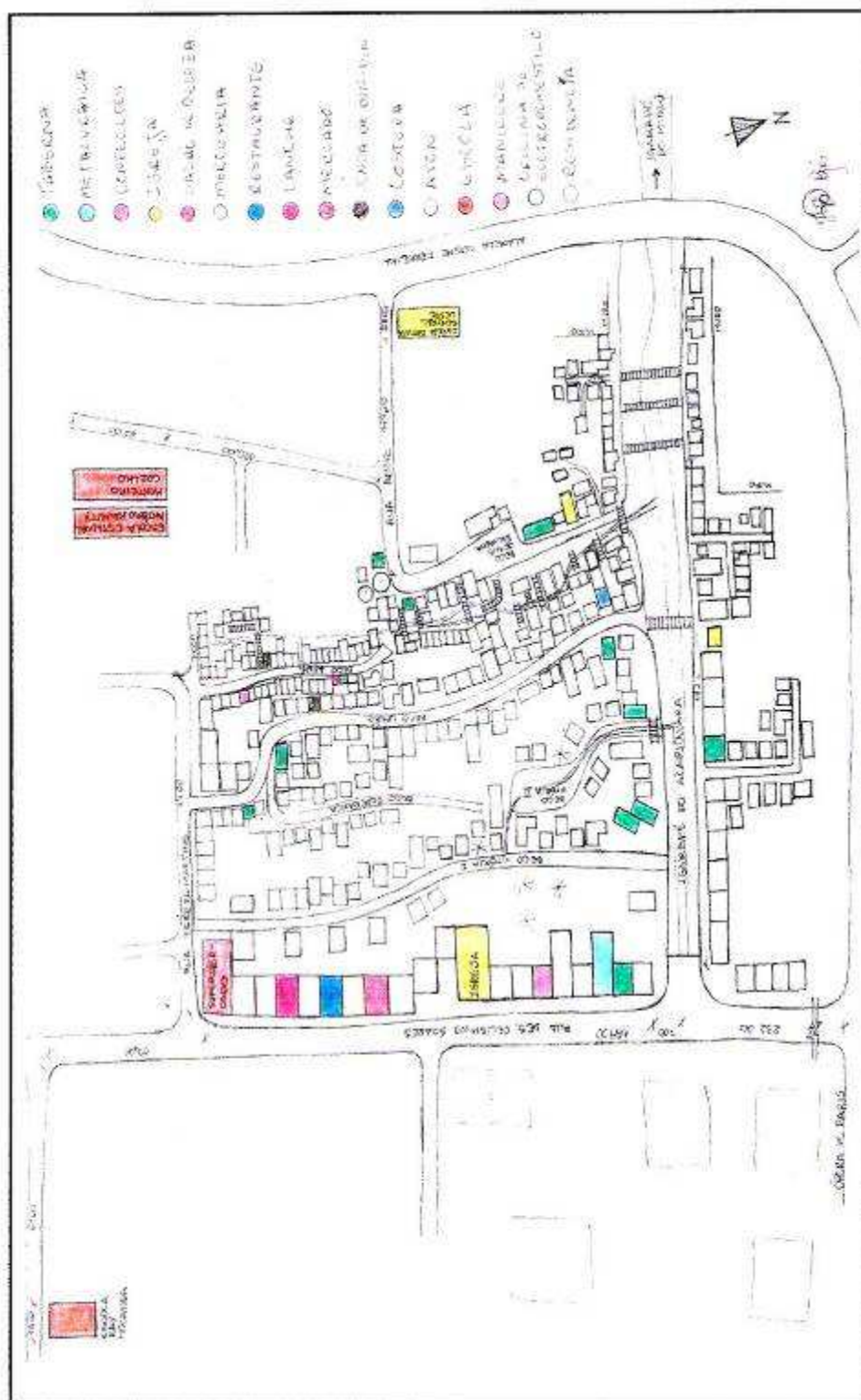
SAWAIA, B. (Org). *As Artimanhas da Exclusão .Análise Psicossocial e ética da desigualdade social*. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

TUAN, Y. F. Espaço e Lugar: a perspectiva da experienciar. São Paulo: DIFEL, 1983.

VEYRER, I. (Org). *Os Riscos: o homem como agressor e vítima do Meio Ambiente*. São Paulo: Contexto, 2007.

## **ANEXOS**

## ANEXO 1



**Figura 01 - Croqui da Localidade Ouro Verde, 2007**  
**Fonte: Cruz, P. de G. e Lobo, J.**

## ANEXO 2



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFAM



### PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas aprovou, em reunião ordinária realizada nesta data, por unanimidade de votos, o Projeto de Pesquisa protocolado no CEP/UFAM com CAAE nº. 0188.0.115.000-08, intitulado: **“Ethos socioambiental – um estudo com populações vulneráveis**, tendo como Pesquisadora Responsável: Sônia Maria Lemos

Sala de Reunião da Escola de Enfermagem de Manaus – EEM da Universidade Federal do Amazonas, em Manaus/Amazonas, 06 de agosto de 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
Comitê de Ética em Pesquisa CEP / UFAM  
  
.....  
Prof. MSc. Plínio José Cavalcante Monteiro  
Coordenador

### ANEXO 3



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
CENTRO DE CIÊNCIAS DO AMBIENTE  
Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia  
COMITÊ DE ÉTICA E PESQUISA DA UFAM

Para os participantes da pesquisa

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

A pesquisadora Sônia Maria Lemos, solicita sua colaboração para realizar as atividades do seu projeto de pesquisa como aluna do programa de pós-graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia da UFAM que se chama Ethos Socioambiental: um estudo com populações vulneráveis na Cidade de Manaus. A pesquisa tem como orientadora a Dra. Maria Inês Gasparetto Higuchi.

Para isso é muito importante a sua participação respondendo uma entrevista com perguntas sobre o ambiente e o modo como as pessoas lidam com as questões socioambientais existentes na localidade. Com as informações a pesquisadora quer verificar quais são as concepções e as formas de compromisso ambiental dessa população.

Sua participação na pesquisa é voluntária, não terá nenhuma despesa e nada receberá em troca. O benefício em participar é ajudar na construção do conhecimento acerca da temática vislumbrando a busca de estratégias para enfrentamento da mesma.

Seu nome não será registrado e nem divulgado, sendo garantido sigilo de sua identidade. As informações que você der serão utilizadas apenas na realização deste projeto. Caso você ache que alguma informação dada não deva ser divulgada, a pesquisadora jamais a utilizará. Mesmo após a sua autorização, você tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa independente do motivo e sem qualquer prejuízo a sua pessoa. As informações dadas serão analisadas e os resultados farão parte da pesquisa. Se você tiver qualquer dúvida ou quiser saber qualquer informação mais detalhada pode fazer contato com a pesquisadora Sônia Maria Lemos, pelos telefones: 3616-9817 ou 96028502.

#### CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_ entendi o que a pesquisa vai fazer e aceito participar de livre e espontânea vontade. Por isso dou meu consentimento para inclusão como participante da pesquisa e afirmo que me foi entregue uma cópia desse documento.

Data \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do (a) entrevistado (a)



Impressão do Polegar

\_\_\_\_\_  
Assinatura da pesquisadora

Data \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_.

## ANEXO 4

### Roteiro de Entrevista

Nº. da Entrevista:

#### **Dados Pessoais**

Iniciais do nome:

Idade:

Sexo:

Escolaridade:

Estado civil:

Religião:

Tempo na localidade:

Procedência:

#### **Questões norteadoras**

1 – Como é morar aqui nesse lugar?

2 - Quais facilidades você encontra em morar aqui?

3 - E que dificuldades você encontra por morar neste local?

4 - O que você acha de morar perto do igarapé? Como é quando chove? E no restante do tempo?

5 – Quando chove muito e cai uma ponte, por exemplo, como resolvem isto? Quem reconstrói?

O que muda para esta (s) pessoas? Como as outras pessoas vêem isto?

6 - O que faz com o lixo? O acondicionamento como é feito? Você acha que o lugar pra por o lixo é adequado? Você acha que esse problema é responsabilidade de quem?

7 - Onde o lixo é depositado? Se alguém coloca o lixo num local diferente você faz o que?

8 - Usa algum recipiente? Como?

9 - Participa de algum grupo? Qual? Onde? Como?

10 – Você mudaria alguma coisa neste lugar? O quê? O que acha que é preciso fazer para que isto aconteça? O que você acha que pode fazer para que esta mudança aconteça?

11 - De quem você acha que é a responsabilidade de resolver os problemas daqui? Como fazem para resolver os problemas que aparecem? A quem vocês procuram?